



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO NO ESTADO DA BAHIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Salvador, março de 2013



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO NO ESTADO DA BAHIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, DN TCU nº 121/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno, Portaria CGU n.º 2546/2010.

Salvador, março de 2013

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ADAB - Agência de Defesa Agropecuária do Estado da Bahia
AGE - Implantação e Atualização do Processo de Gestão Estratégica do MAPA
ALP - Área Livre de Pragas
APOIOAGRIC1 - Apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas agrícolas
APOIOPEC1 - Apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas pecuárias
APPRODUTOR - Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário
ATIVOS - Administração da Unidade (PI - AMDMINISTRA)
CAPACITA1 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
CEACON - Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Consumidor
CERTORGAN1 - Aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica
CGAP – Coordenação Geral de Administração de Pessoas
CGPLAN - Coordenação Geral de Planejamento e Gestão
CGU - Controladoria Geral da União
CIPF - Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária
DAD - Divisão de Apoio Administrativo
DDA - Divisão de Defesa Agropecuária
DESENGORG - Desenvolvimento da agricultura orgânica
DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DIPOV - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
DPDAG - Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário
EEB - Encefalopatia Espongiforme Bovina
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEBREAFTOS - Erradicação da febre aftosa
FFA - Fiscal Federal Agropecuário
FISAGROTOX - Fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins
FISCAGRIC1 - Fiscalização de serviços agrícolas
FISCALSEM1 - Fiscalização de sementes e mudas
FISCANIMAL2 - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos
FISCGENE - Fiscalização de material genético para multiplicação animal
FISCINAN - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal
FISCONTRATO - Fiscalização de contratos de repasse
FISCORGEN - Fiscalização das atividades com organismo geneticamente modificado
FISCPLANTA2 - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos
FISFECOI - Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes
FISPROVET1 - Fiscalização de produtos de uso veterinário
IG - Indicação Geográfica
IN - Instrução Normativa
INATPENS1 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis
INDIGRAF - Fomento à indicação geográfica de produtos agropecuários
INSPANIMAL3 - Inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal
IPVEGETAL2 - Inspeção de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal
LOA - Lei Orçamentária Anual
MANUTSDC - Manutenção da SDC
MANUTSFAS - Operação dos serviços administrativos das unidades descentralizadas
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MERCOSUL - O Mercado Comum do Sul
MISSOES2 - Missões para Negociações Agropecuárias Internacionais
MPE - Ministério Público Estadual
MPOG - Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
OEDSV - Organização Estadual de Defesa Sanitária Vegetal

PADCLASSIF - Padronização e classificação de produtos vegetais
PCEANIMAL - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais
PCEVEGETAL - Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais
PI - Plano Interno
PI's - Planos Internos
POA - Plano Operativo Anual
PPA - Plano Plurianual
REGENAGRO - Fomento à conservação e ao uso sustentável de recursos genéticos para agric. e alimentação
SAG - Seção de Atividades Gerais
SAOD - Seção de Apoio Operacional e Divulgação
SCC - Setor de Compras e Contratos
SCVA - Sistema de Controle de Veículos Automotivos –
SE - Secretaria Executiva
SEFIA - Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas
SEFIP - Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários
SEOF - Serviço de Execução Orçamentária e Financeira
SePA - Seção de Planejamento e Acompanhamento
SeSAG - Seção de Suporte Agropecuário
SFA/BA - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
SGP - Serviço de Gestão de Pessoas
SIAFI - Sistema de Administração Financeira
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Convênios e Contrato de Repasse
SIE - Serviço de Inspeção Estadual
SIF - Serviço de Inspeção Federal
SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPOA - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SIPOV - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
SMAP - Setor de Manutenção Predial
SMP - Setor de Material e Patrimônio
SPR - Setor de Protocolo
SSA - Serviço de Saúde Animal
SSV - Serviço de Sanidade Vegetal
STR - Setor de Transporte
SUASA - Sistema Unificado de Saúde Animal e Sanidade Vegetal
SVA - Serviço de Vigilância Agropecuária
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia Da Informação
UJ - Unidade Jurisdicionada
UO - Unidade Orçamentária
UTR - Unidades Técnicas Regionais
UTRA - Unidades Técnicas Regionais de Agricultura
UVAGRO - Unidades de Vigilância Agropecuária
VIGIAGRO - Vigilância Internacional Agropecuária
VIGIFITO1 -Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos

LISTA DE QUADROS, TABELAS E DECLARAÇÕES

Título	Página
Quadro 01. Identificação da UI – Relatório de Gestão Individual	12
Quadro 02. Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	29
Quadro 03. Dados gerais da Ação VIGIFITO1	31
Quadro 04. Dados gerais da Ação PCEVEGETAL	32
Quadro 05. Dados gerais da Ação FEBREAFTOS	33
Quadro 06. Dados gerais da Ação PCEANIMAL	33
Quadro 07. Dados gerais da Ação FISCPLANTA2	34
Quadro 08. Dados gerais da Ação FISCANIMAL2	34
Quadro 09. Dados gerais da Ação FISAGROTOX	35
Quadro 10. Dados gerais da Ação FISEFCOI	35
Quadro 11. Dados gerais da Ação FISCALSEM1	36
Quadro 12. Dados gerais da Ação FISCORGEN	37
Quadro 13. Dados gerais da Ação FISCGENE	37
Quadro 14. Dados gerais da Ação FISCINAN	38
Quadro 15. Dados gerais da Ação FISPROVET1	38
Quadro 16. Dados gerais da Ação INSPANIMAL3	39
Quadro 17. Dados gerais da Ação IPVEGETAL2	40
Quadro 18. Dados gerais da Ação PADCLASSIF	40
Quadro 19. Dados gerais da Ação MANUTSFAS	41
Quadro 20. Dados gerais da Ação CERTORGAN1	41
Quadro 21. Dados gerais da Ação DESENGORG	42
Quadro 22. Dados gerais da Ação FISCAGRIC1	43
Quadro 23. Desempenho Operacional da SFA/BA - Resumo	43
Quadro 24. Movimentação orçamentária por grupo de despesa	45
Quadro 25. Despesas por modalidade de contratação – Créditos de movimentação	46
Quadro 26. Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação	47
Quadro 27. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	49
Quadro 28. Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores	50
Quadro 29. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	50
Quadro 30. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	51
Quadro 31. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes	51
Quadro 32. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convê-	51
Quadro 33. Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse	52
Quadro 34. Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos (SF)	53
Quadro 35. Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos por UG e por suprido (conta tipo “B”)	53
Quadro 36. Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador	54
Quadro 37. Despesas realizadas por meio da conta tipo “b” e por meio do cartão de crédito corporativo (série	54
Quadro 38. Prestações de contas de suprimento de fundos (conta tipo “B” e CPGF)	54
Quadro 39. Força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	56
Quadro 40. Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	56
Quadro 41. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratific. da UJ (em 31/12)	57
Quadro 42. Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12	57
Quadro 43. Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	57
Quadro 44. Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	58
Quadro 45. Composição do quadro de servidores inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	59
Quadro 46. Instituidores de pensão - Situação apurada em 31/12	59
Quadro 47. Atos sujeitos ao registro do TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007)	60
Quadro 48. Atos sujeitos à comunicação ao TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007)	60
Quadro 49. Regularidade do cadastro dos atos no SISAC	60
Quadro 50. Atos sujeitos à remessa física ao TCU (art. 14 da in teu 55/2007)	61
Quadro 51. Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro	61
Quadro 52. Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ	61
Quadro 53. Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso	62
Quadro 54. Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de	62
Quadro 55. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	62
Quadro 56. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	63
Quadro 57. Composição do quadro de estagiários	63
Quadro 58. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União	64
Quadro 59. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	65
Quadro 60. Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ	66
Quadro 61. Gestão da tecnologia da informação da unidade jurisdicionada	68
Quadro 62. Gestão ambiental e licitações sustentáveis	70
Quadro 63. Consumo de papel, energia elétrica e água	71
Quadro 64. Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	72
Quadro 65. Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	74
Quadro 66. Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG E SICONV	74
Quadro 67. Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada	75

SUMÁRIO

Título	Página
INTRODUÇÃO	8
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	12
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada	12
1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	13
1.3. Organograma Funcional da Unidade	13
1.4. Macroprocessos Finalísticos	15
1.5. Macroprocessos de Apoio	15
1.6. Principais Parceiros	15
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	16
2.1. Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada	16
2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	16
2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações	17
2.4. Indicadores	21
2.4.1. Indicador de Eficácia	22
2.4.2. Indicador de Eficiência	24
2.4.3. Indicador de Efetividade	25
2.4.4. Indicador de Economicidade	27
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	29
3.1. Estrutura de Governança	29
3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	29
3.3. Remuneração Paga a Administradores	30
3.4. Sistema de Correição	30
3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	30
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	31
4.1. Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ	31
4.1.1. Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	31
4.1.2. Informações Sobre Objetivos Vinculados a Prog. Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	31
4.1.3. Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Prog. Temáticos de Responsabilidade da UJ	31
4.1.4. Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	31
4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	44
4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	44
4.2.2. Programação de Despesas.....	44
4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	45
4.2.4. Execução Orçamentária da Despesa	46
4.2.4.1. Execução da Despesa Com Créditos Originários.....	46
4.2.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	46
4.2.4.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	46
4.2.4.2.2. Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	47

4.2.4.2.3. Análise crítica	48
5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	49
5.1. Reconhecimento de Passivos	49
5.1.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	49
5.1.2. Análise Crítica	49
5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	50
5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	50
5.2.2. Análise Crítica	50
5.3. Transferências de Recursos.....	50
5.3.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	50
5.3.2. Quant. de Inst. de Transf. Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	51
5.3.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes.....	51
5.3.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	51
5.3.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	52
5.3.6. Análise Crítica	52
5.4. Suprimento de Fundos.....	53
5.4.1. Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	53
5.4.1.1. Suprimento de Fundos – Visão Geral	53
5.4.1.2. Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	53
5.4.1.3. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	54
5.4.1.4. Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ.....	54
5.4.1.5. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	54
5.4.1.6. Análise Crítica	55
5.5. Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ.....	55
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	56
6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos	56
6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	56
6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	56
6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho	57
6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	57
6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Escolaridade	57
6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	58
6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	59
6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	59
6.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	59
6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	59
6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	59
6.1.7. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação	59
6.1.7.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	59
6.1.7.2. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	61
6.1.7.3. Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	61
6.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	61

6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	61
6.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	61
6.2.2. Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público ...	62
6.2.3. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	62
6.2.4. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	62
6.2.5. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	63
6.2.6. Composição do Quadro de Estagiários	63
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	64
7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	64
7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário	64
7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	64
7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	65
7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.....	66
8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	68
8.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	68
8.2. Análise Crítica.....	69
9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL... 70	70
9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	70
9.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	71
10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	72
10.1. Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício	72
10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	72
10.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	72
10.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	72
10.1.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	73
10.2. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	74
10.2.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	74
10.2.1.1. Análise Crítica	74
10.3. Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	74
10.3.1. Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	74
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	75
11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	75
11.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	75
11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	75
11.2.1. Declaração com Ressalva	75
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	76
12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.....	76
13. INDICADORES DE DESEMPENHO DA GESTÃO ESTRATÉGICA DO MAPA	77
14. RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	78

INTRODUÇÃO

O cidadão e a sociedade são os alvos prioritários e a razão de ser das organizações públicas. Neste sentido, elas devem buscar a eficiência e a efetividade de suas ações, assim como as empresas privadas, pois a sociedade, como acionista maior do setor público, demanda a melhoria de políticas e serviços, objetivando trazer benefícios para todos. Para tanto, a estratégia do MAPA está sintetizada em um mapa estratégico, que é a representação gráfica dos desafios a serem superados pelo Ministério para a consecução da sua Visão de Futuro para 2015 – “Ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio”, e, realização da sua missão institucional – “Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”.

Como unidade descentralizada desse Ministério, a Superintendência Federal da Agricultura na Bahia é responsável pela aplicação, acompanhamento e fiscalização dos programas e ações do PPA 2012-2015 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no estado da Bahia. E, nesse sentido, vem também se empenhando na implementação do plano estratégico do MAPA e no aperfeiçoamento de seus processos, no intuito de se projetar em um patamar mais elevado na implementação de políticas e de prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio. O desenvolvimento das ações abrange todas as regiões do estado da Bahia; nessas regiões, o agronegócio envolve diversas cadeias produtivas que demandam uma série de requerimentos cujo apoio da Superintendência é fundamental. Sendo, este Relatório de Gestão, um esforço no sentido de apresentar as realizações exigidas por este setor produtivo no exercício de 2012, elaborado em conformidade com as normas expedidas pelos órgãos de controle.

O conteúdo do documento está de acordo com as determinações estabelecidas pelo TCU através da Decisão Normativa nº 119/2012, e atende as exigências contidas nas Partes A e B do Anexo II, conforme está relacionado no item “b” do Quadro A1. Na elaboração do texto foi observada a sequência recomendada nas disposições contidas na Portaria TCU nº 150/2012, entretanto, apenas estejam sendo relatados os itens que se aplicam a esta SFA/BA.

Alguns itens do conteúdo estabelecido pelo TCU, no Anexo II da Decisão Normativa nº 119/2012, não se aplicam à SFA/BA: 3.1. Estrutura de Governança; 3.3. Remuneração Paga a Administradores; 4.1.1. Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ; 4.1.2. Informações Sobre Objetivos Vinculados a Prog. Temáticos de Responsabilidade da UJ; 4.1.3. Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Prog. Temáticos de Responsabilidade da UJ; 4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ; 4.2.2. Programação de Despesas; 4.2.4.1. Execução da Despesa Com Créditos Originários e; 5.5. Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ.

Com relação ao item 21 da Parte B do Anexo II, suas informações estarão consolidadas no Relatório de Gestão da Sede, sendo aqui mostrado apenas o que se referir ao trabalho da Superintendência.

Principais realizações da gestão no exercício.

No SIPOV - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, destacamos: a classificação da qualidade vegetal de grãos como feijão, arroz, café, milho, soja, cacau, etc.; a fiscalização de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, tanto na produção industrial interna, como também na aferição da qualidade dos produtos importados, a exemplo do vinho, conhaque, uísque, cachaça, aguardente, sucos, polpas de fruta e água de coco e; no Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, a fiscalização em produtos vegetais suspeitos de contaminação.

No SEFIP - Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários, destacamos a fiscalização dos produtos para alimentação animal, visando assegurar a conformidade dos alimentos e matérias primas, minimizando os riscos para o criador atingir o desempenho esperado nos resultados da produção e produtividade. No SEFIA - Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas, destacamos a fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes e de sementes e mudas, tão importante para garantir a conformidade desses insumos para o produtor rural, minimizando os riscos para a produção e produtividade agrícola. No Serviço de Vigilância Agropecuária - SVA e nas Unidades de Vigilância Agropecuária - UVAGRO, ressaltamos a grande importância da fiscalização exercida, nas atividades de exportação e importação dos produtos vegetais e das embalagens de madeira, nos portos e aeroportos do Estado, fundamentada na legislação de defesa e inspeção animal e vegetal e objetivando preservar a sanidade e a qualidade dos produtos e insumos agropecuários em trânsito.

No SSV - Serviço de Sanidade Vegetal, dentre os resultados positivos podemos destacar: o Programa de Monitoramento de Moscas-das-Frutas nas regiões de Juazeiro, Livramento de Nossa Senhora, Extremo Sul e Ribeira do Amparo, em cumprimento às exigências estabelecidas mediante acordos bilaterais firmados entre o Brasil e os países importadores de frutas; a certificação fitossanitária de frutas, na origem, destinadas a exportação para os Estados Unidos da América, Japão, Argentina, Chile, Uruguai, Inglaterra, Canadá, Holanda, Portugal e Alemanha; o monitoramento do mofo azul, *Peronospora tabacina*, nas unidades de produção de tabaco da região do Recôncavo da Bahia (O trabalho desenvolvido resultou na assinatura de protocolo objetivando a exportação de tabaco do Brasil para a República Popular da China); o estabelecimento do Sistema de Mitigação de Risco - para a praga *Anastrepha grandis* no cultivo de melão, no município de Ribeira do Amparo - BA, para fins de Certificação Fitossanitária com Declaração Adicional (O trabalho desenvolvido permitirá a exportação de melão para os Estados Unidos da América); a geração de emprego e renda na exportação de frutas para o mercado internacional; a prevenção e o controle de pragas quarentenárias; a fiscalização das ações de controle do Bicudo do Algodão, no âmbito do Programa Fitossanitário do Algodão, nas regiões Oeste e Sudoeste da Bahia; a fiscalização das ações de controle da Ferrugem Asiática da Soja, no âmbito do Programa Fitossanitário da Soja, na Região Oeste da Bahia e; a fiscalização do Programa Fitossanitário da Banana, principalmente em visitas às plantações nas regiões do Baixo Sul e Oeste da Bahia, visando confirmar a ausência da praga *Sigatoka-negras*, uma vez que nosso Estado ostenta o status de área livre.

No SIPOA - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal, destacamos: a inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal; a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; a fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida; a inspeção das graxarias nos matadouros-frigoríficos e nas graxarias industriais, visando o controle higiênico sanitário e o cumprimento das exigências estabelecidas pelo DIPOA, em respeito aos acordos internacionais, visando à prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina, conhecida vulgarmente como Doença da Vaca Louca; o estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos, Pontos Críticos de Controle e seus pré-requisitos, Boas Práticas de Fabricação, Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; a classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e; a certificação de produtos com qualidade diferenciada.

No SSA - Serviço de Saúde Animal, destacamos: a manutenção da Bahia na condição sanitária de zona livre de febre aftosa e esforços no sentido de erradicar a doença do circuito pecuário Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado; a elaboração de normas sanitárias; o cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeita e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; o rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; a realização de diagnósticos e monitoramento soroepidemiológicos; o estabelecimento de diretrizes zoossanitárias, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; a elaboração de planos de contingência e de emergência; a caracterização de áreas, zonas ou propriedades livres de enfermidades; a consolidação de sistemas de informação zoossanitária e; o aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.

Na DPDAG - Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário ressaltam-se: o desempenho registrado no contexto da Indicação Geográfica, com o acompanhamento de dois convênios firmados, com a Associação dos Produtores de Cacau e Associação Baiana dos Produtores de Café, em que o Ministério da Agricultura repassou os recursos necessários para o custeio da elaboração de novos requerimentos de IG, respectivamente, para o Cacau Cabruca e para o Café do Oeste da Bahia, este com as atividades encerradas ao final do exercício; a participação no Fórum Estadual de Indicação Geográfica, cujo foco principal é a conjugação de esforços de diversas instituições com o objetivo único de alavancar a indicação geográfica no Estado da Bahia; no tocante a Convênios e Contratos de Repasse, principais instrumentos de transferência de recursos orçamentários para a sociedade, a DPDAG contribuiu para a captação de R\$ 15.597.544,95 em benefício de municípios do estado da Bahia, através da análise de 56 e aprovação de 33 Planos de Trabalho de Emendas Parlamentares; orientação de prefeituras municipais e organizações não governamentais na utilização dos meios de acesso aos recursos públicos oriundos de Convênios, promovendo-se capacitação para uso do SICONV, ferramenta disponibilizada pelo Governo Federal com este objetivo; na agricultura orgânica, a orientação a produtores e comerciantes da legislação que rege a matéria, a organização da produção e da comercialização e também a fiscalização, exigindo-se o cumprimento da legislação pertinente e em vigor; coordenação e condução dos rumos da Comissão da Produção Orgânica do Estado da Bahia, tarefa que lhe cabe pelo disposto na Portaria MAPA nº 428; acompanhamento e fiscalização dos serviços da aviação agrícola, em face da expansão das atividades do agronegócio na Bahia, principalmente no oeste e sudoeste do estado e; no Plano de Agricultura de Baixo Carbono, a continuidade das atividades do Grupo Gestor Estadual do Programa - GGE, com a realização de palestra no Seminário que reuniu prefeitos eleitos e reeleitos, em Camaçari(BA), evento promovido pela União dos Municípios da Bahia.

Como entraves para a realização dos objetivos traçados para o exercício, destacam-se: problemas com o volume e periodicidade de liberação de recursos direcionados para alguns programas, impactando diretamente no desempenho físico; o limite de 40 diárias estabelecido pelo Decreto 7.446/2011; a falta de concurso público para atender a carência por servidores, técnicos e administrativos; os concursos com poucos servidores disponibilizados para o Estado; um quadro de pessoal envelhecido e diminuto, agravado pelas aposentadorias e mortes, em alguns setores 80% dos Fiscais recebem o abono de permanência, ou seja, já podem aposentar e; a burocracia na tramitação dos processos de licitação também vem se configurando num forte obstáculo para a realização das atividades finalísticas da SFA/BA, agravada pela carência numérica de servidores administrativos, fato que tem levado à aquisição de materiais e serviços com atrasos, pelas idas e vindas dos processos. Também a qualidade de alguns materiais de consumo adquiridos, por meio de licitação por pregão eletrônico, é sofrível, obrigando a devoluções que provocam novos atrasos.

Mesmo com a crise financeira mundial as perspectivas de crescimento da produção agropecuária brasileira são otimistas, no curto e longo prazo. A forte demanda interna e a conquista de novos mercados têm impulsionado de forma continuada o agronegócio. A tímida recuperação econômica

de alguns dos parceiros tradicionais, o crescimento dos países emergentes, somados ao crescimento do poder de compra dos brasileiros e o conseqüente fortalecimento do mercado interno, permite vislumbrar uma forte demanda pelas ações finalísticas da SFA/BA. Por outro lado, o forte empenho no sentido da modernização, eficiência e funcionalidade praticado na Unidade, como treinamento de pessoal, aquisição de equipamentos para informatização, melhoria nas condições de trabalho, aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e controles, etc., nos permite inferir que o ano de 2013 será de resultados positivos para as nossas ações; minimizando os riscos para os produtores agropecuários, aumentando nossa segurança alimentar, melhorando os resultados de produção e produtividade do meio rural de forma sustentável e gerando emprego e renda para a sociedade brasileira.

Finalmente, com este relatório, a SFA/BA pretende prestar contas à sociedade, dos resultados obtidos através dos recursos financeiros alocados no ano de 2012 e espera estar contribuindo para a geração de informações necessárias aos debates sobre a promoção da melhoria da qualidade da ação pública.

Virginia Alice Almeida Hagge
Superintendente Federal

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

(Item 1 do Anexo II-A da DN TCU 119/2012)

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 01 (A.1.1). Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.

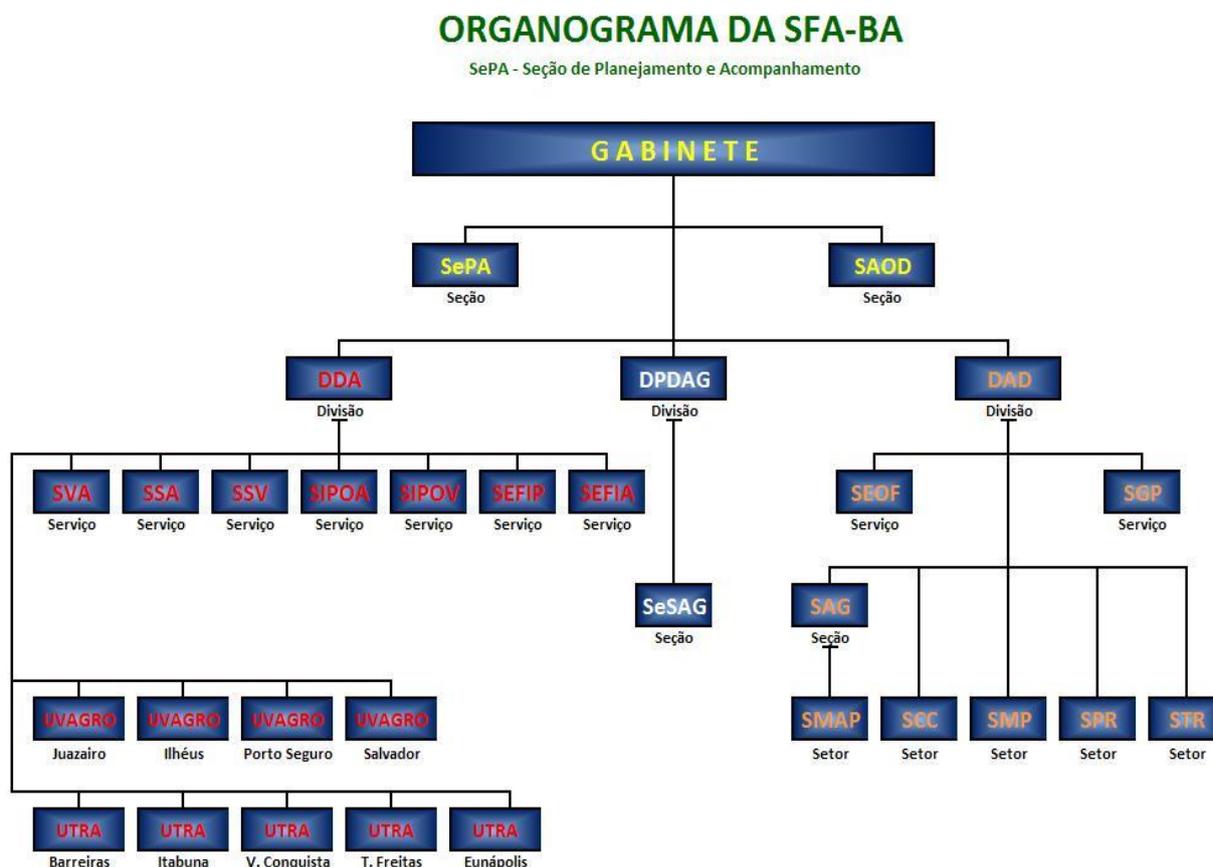
Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia			
Denominação abreviada: SFA – BA			
Código SIORG: 2788	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: UG: 130029	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Cód. 101-5 Poder Executivo Federal - Administração Direta		CNPJ: 00.396.895/0024-11	
Principal Atividade: Regulamentação e Fiscalização das questões econômicas na agricultura: federal, estadual e municipal.		Código CNAE: 8413-2/00	
Telefones/Fax de contato:	(71) 3444-7436/7437	(71) 3444-7440	
E-Mail: gab-ba@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br .			
Endereço Postal: Largo dos Aflitos, S/N, Ed. Ceres, Centro, Salvador-BA. CEP. 40.060-030			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Instituída pelo Decreto nº 5.351 de 21/01/2005, publicado no D.O.U. de 24 de janeiro de 2005			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Atribuições regimentais – Das Competências: Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial MAPA nº 428, de 9 junho de 2010, publicada no DOU de 14/06/2010 - Seção 1.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Todos os manuais e publicações relacionadas às atividades da SFA/BA são elaborados, deliberados e divulgados pelos órgãos centrais (Secretarias e Departamentos) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130029	Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Superintendência Federal da Agricultura na Bahia cumpre um importante papel no âmbito do agronegócio baiano, executando um rigoroso trabalho para assegurar a qualidade e a sanidade dos produtos de origem animal e vegetal. Como unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ela é a responsável pela aplicação, acompanhamento e fiscalização dos programas e ações do PPA 2012-2015 do Ministério no Estado; implementando políticas para o desenvolvimento do agronegócio regional, agregando os aspectos de mercado, tecnológicos, organizacionais e ambientais com o propósito de atender os consumidores do país e do exterior, promovendo a segurança alimentar, a geração de renda e emprego, a redução das desigualdades e a inclusão social. Executa também outras atividades relacionadas à promoção da exportação, à promoção da infraestrutura rural, ao controle da mecanização e aviação agrícola e modernização dos sistemas de produção de sementes, ao desenvolvimento da produção de alimentos orgânicos e do sistema de produção integrada e certificada.

A SFA/BA está subordinada ao cumprimento do seu Regimento Interno, determinado pela Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010 onde se encontra definida a sua estrutura organizacional e competências legais. A ela compete executar atividades e ações de: defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuária; fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura; assistência técnica e extensão rural; infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural; produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool; administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais; planejamento estratégico e planejamento operacional; acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal.

1.3. Organograma Funcional da Unidade



A Superintendência Federal de Agricultura na Bahia apresenta a seguinte estrutura organizacional: O Gabinete, a Seção de Planejamento e Acompanhamento (SePA), a Seção de Apoio Operacional e Divulgação (SAOD), respondem pela coordenação da Unidade; a Divisão de Defesa Agropecuária (DDA), a Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG) e a Divisão de Apoio Administrativo (DAD) são responsáveis pela gestão técnica, política e administrativa.

À Divisão de Apoio Administrativo (DAD), por intermédio de suas unidades operativas: Serviço de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF); Serviço de Gestão de Pessoas (SGP); Seção de Atividades Gerais (SAG); Setor de Manutenção Predial (SMAP); Setor de Compras e Contratos (SCC); Setor de Material e Patrimônio (SMP); Setor de Protocolo (SPR) e; Setor de Transporte (STR) compete promover e coordenar a execução das atividades de administração geral e processamento da execução orçamentária e financeira dos recursos alocados. Portanto, está sob sua responsabilidade prover os meios necessários à implementação e gestão dos programas finalísticos da SFA/BA.

À Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG) e sua Seção de Suporte Agropecuário SeSAG, compete a promoção, orientação e acompanhamento da execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos. Também desenvolve ações no setor da produção agropecuária orgânica, promovendo o acompanhamento da produção por meio de articulação interinstitucional, e na formulação e acompanhamento de políticas públicas e fomento.

Já a Divisão de Defesa Agropecuária (DDA), com suas unidades centrais e descentralizadas é a responsável pelo desenvolvimento dos Programas do Governo Federal, com as ações finalísticas previstas no Plano Plurianual (PPA), e pela coordenação e supervisão dos macroprocessos de fiscalização, inspeção e defesa da agropecuária, executados pelas seguintes unidades:

O Serviço de Vigilância Agropecuária (SVA) e as Unidades de Vigilância Agropecuária (UVAGRO) desenvolvem suas ações fundamentadas na legislação de defesa e inspeção animal e vegetal e na fiscalização do trânsito internacional de insumos agropecuários, contemplando também os acordos internacionais, como MERCOSUL e CIPF (Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária), dentre outros;

O Serviço de Saúde Animal (SSA) e o Serviço de Sanidade Vegetal (SSV) atuam na programação, controle, orientação e promoção da execução das atividades zoossanitárias e fitossanitárias que envolvem ações de vigilância, prevenção, controle e profilaxia das doenças dos animais e das pragas dos vegetais, e tendo como parceiro na execução de algumas das suas atividades a Agência de Defesa Agropecuária (ADAB), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado da Bahia, órgão executor de defesa agropecuária no Estado;

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA) é responsável pelo trabalho de Inspeção Higiênico-Sanitária e Tecnológica de produtos como carne, leite, mel, ovos, pescado e derivados produzidos, manipulados ou armazenados no estado da Bahia, que se destinam à comercialização interestadual e internacional. É responsável também pela análise prévia para o registro de novos estabelecimentos e pela aprovação de rótulos de produtos;

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (SIPOV) atua na área de Inspeção e Fiscalização de Bebidas e Vinagres, no registro, inspeção e fiscalização de estabelecimentos produtores, importadores e exportadores de bebidas e vinagres no estado da Bahia, também promove a fiscalização da classificação dos produtos de origem vegetal quando o produto for destinado diretamente ao consumo humano, nas importações e nas compras do Poder Público, tendo

por finalidade garantir o cumprimento dos dispositivos legais, coibindo a comercialização dos produtos que estejam em desacordo com as normas de identidade e os padrões de qualidade;

O Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários (SEFIP) e o Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas (SEFIA) atuam no registro e fiscalização dos estabelecimentos produtores de insumos agropecuários e seus respectivos produtos que abrangem todos os segmentos da cadeia do agronegócio, na produção de fertilizantes, corretivos e inoculantes, agrotóxicos e afins, na fiscalização de organismos geneticamente modificados, no comércio internacional de sementes e mudas, alimentos destinados à alimentação animal, materiais de multiplicação animal e vegetal e empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários;

Às Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (UTRA) competem à execução, no âmbito da respectiva jurisdição, as atividades de: defesa agropecuária; desenvolvimento agropecuário; administração geral da unidade e; elaborar relatórios das atividades desempenhadas.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

Conforme recomendação da Coordenação Geral de Planejamento e Gestão - CGPLAN/SPOA/SE informamos que a mesma ainda não detalhou a Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA, até o nível de processos. Os itens que tratam dos macroprocessos de apoio e finalísticos deverão ser elaborados e inclusos no Relatório de Gestão da SE. Salientamos, no entanto, que os resultados das Ações que compõem os macroprocessos finalísticos, alcançados pela SFA/BA, serão apresentados e discutidos ao longo deste Relatório, pois somente com o detalhamento da Cadeia de Valor teremos como atender a demanda do TCU.

1.5. Macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio estão registrados na Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA, classificados como MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA E ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Sua condução segue a mesma característica informada quanto aos finalísticos, com exceção de suas definições, que levou em consideração o que, no Ministério, está sendo realizado para sua gestão e para prestar o devido suporte aos macroprocessos finalísticos. O item que trata dos macroprocessos de apoio deverá ser elaborado e incluso no Relatório de Gestão da SE.

1.6. Principais Parceiros

A SFA/BA tem como parceiro a Agência de Defesa Agropecuária (ADAB), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado da Bahia, órgão executor de defesa agropecuária no Estado que coordenada pelos Serviço de Saúde Animal (SSA) e Serviço de Sanidade Vegetal (SSV) atua no controle, orientação e promoção da execução das atividades zoossanitárias e fitossanitárias que envolvem ações de vigilância, prevenção, controle e profilaxia das doenças dos animais e das pragas dos vegetais.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

(Item 2 do Anexo II-A da DN TCU 119/2012)

2.1. Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem como Missão institucional promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira. Para tanto, é de fundamental importância que se aproveite todas as oportunidades no intuito de disponibilizar acesso a alimentos mais seguros e saudáveis, com qualidade e preços acessíveis e de contribuir de maneira significativa para o Brasil crescer e se destacar no cenário mundial.

O agronegócio brasileiro tem demonstrado um grande dinamismo, sendo constantes as perspectivas de crescimento do setor. Este fato determina a necessidade de monitoramento do agronegócio nacional e internacional, presente e futuro. Outros fatores determinantes como os processos de urbanização, o envelhecimento das pessoas, as novas necessidades nutricionais, os novos hábitos de consumo, bem como os altos requisitos de qualidade de vida exigem inovações e diversificações na produção de alimentos, fibras e outras matérias-primas; o que certamente definirá a posição de destaque do Brasil no mercado mundial. Essa inserção envolve um processo sistemático de prospecção, planejamento, formulação de políticas públicas e diretrizes que nortearão a modernização da estrutura e a gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para atender aos seus públicos-alvo e à sociedade.

A SFA/BA tem investido, de forma efetiva, na modernização de sua gestão, buscando fazer cumprir suas responsabilidades institucionais e a concretização dos Objetivos Estratégicos do Ministério, visando atender, da melhor forma possível, ao seu público externo, que exige políticas públicas e serviços mais eficientes e eficazes. Para tanto, ela conta com uma estrutura operacional simples e objetiva que lhe permite realizar suas atividades com qualidade e rapidez, atuando desde a produção, processamento, transporte e comercialização dos alimentos, da defesa ao desenvolvimento agropecuário e nas políticas de capacitação e melhoramento da agricultura como um todo, inocuidade dos alimentos até o fortalecimento da economia brasileira, numa ação integrada entre os mais diversos órgãos e instituições. Nesse sentido, vem se empenhando no aperfeiçoamento de seus processos, no intuito de se projetar em um patamar mais elevado na implementação de políticas e de prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio. O desenvolvimento das ações compreende todas as regiões do estado da Bahia onde o agronegócio envolve diversas cadeias produtivas que demandam uma série de requerimentos cujo apoio da Superintendência é fundamental.

A Superintendência tem gerenciado de forma sistemática suas competências legais e perseguido de modo obstinado os Objetivos Estratégicos do Ministério. Portanto, focada na Missão, e Visão de Futuro do MAPA, a SFA/BA tem investido no seu aperfeiçoamento funcional, e tendo na observância dos Objetivos Estratégicos do Ministério traçado o seu rumo para a promoção do desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade baiana e, dessa forma, também ser reconhecida pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do seu agronegócio.

2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Objetivando atender os desafios da sociedade, o MAPA implementou um plano de Gestão Estratégica visando maior eficiência em suas ações e promovendo um grande salto de inovação, qualidade e melhorias. Iniciada em 2006, a Gestão Estratégica aponta com clareza o rumo de nossas ações para o futuro e os resultados que buscamos para nossa agricultura. Com ela podemos responder a quatro importantes questões: qual é a razão de ser da nossa Organização – **Missão**;

onde queremos chegar - **Visão de Futuro**; como vamos chegar lá - **Plano Estratégico**; como cada servidor pode contribuir - **Foco e Ação**.

O Plano Estratégico tem por finalidade principal tornar o Ministério mais forte e atuante. Nele estão definidos 25 objetivos estratégicos que são os desafios que teremos de enfrentar com o talento, competência, experiência e vontade de seus servidores para superarmos os grandes desafios do Ministério até 2015. Os objetivos estratégicos estão estruturados em quatro perspectivas distintas: a perspectiva da sociedade; a perspectiva do agronegócio e parceiros envolvidos; a perspectiva dos nossos processos internos e; a perspectiva das pessoas, com seus aprendizados e conhecimentos. O Plano Estratégico está alinhado com dois tradicionais instrumentos de gestão do governo: o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Portanto, todas as iniciativas estratégicas estão incluídas no Plano Plurianual, e os quatro objetivos estratégicos da perspectiva da sociedade formam os objetivos setoriais do PPA.

Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento – Cinco desafios compõem essa perspectiva: desenvolver e reter competências do corpo funcional; desenvolver comunicação interna ágil e eficaz; desenvolver cultura orientada a resultados; valorizar e motivar as pessoas e fortalecer o trabalho em equipes interdisciplinares; e melhorar a gestão da informação e do conhecimento.

Perspectiva de Processos Internos - São treze desafios nessa perspectiva: fortalecimento do processo de Gestão Estratégica do MAPA; ter eficiência e transparência na execução orçamentária e financeira; melhorar continuamente a infraestrutura e os processos de trabalho; aprofundar o conhecimento sobre o agronegócio; ampliar a oferta de estudos de prospecção e avaliação; melhorar a qualidade e o acesso às informações para o agronegócio; buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio; garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos; desenvolver e garantir o acesso a tecnologias; estimular a agregação de valor na produção agropecuária; promover a organização e a integração das cadeias produtivas; aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA e; promover o agronegócio e a imagem do MAPA.

Perspectiva do Agronegócio e Parceiros - Nessa perspectiva existem três grandes desafios: ser referência em informações estratégicas para o agronegócio; ser excelente na implementação de políticas e na prestação de serviços para o agronegócio e; ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio.

Perspectiva da Sociedade - A última perspectiva traz quatro grandes desafios: garantir a segurança alimentar; aumentar a produção de produtos agropecuários não alimentares e não energéticos; ampliar a participação da agroenergia na matriz energética e; impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.

Muitos dos objetivos definidos já foram alcançados, outros vêm sendo gradativamente incrementados e os resultados já começam a ser percebidos nos indicadores do agronegócio, tais como: geração de empregos, aumento da renda, estímulo na produção agropecuária, interiorização do desenvolvimento do Brasil, o incremento da arrecadação, a exportação do excedente produzido gerando divisas para a balança comercial, a preservação dos nossos recursos naturais, entre tantos outros benefícios.

2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações

O MAPA tem aproveitado todas as oportunidades, que estão ao seu alcance, para propiciar à população brasileira acesso a alimentos mais seguros e saudáveis, com qualidade e preços acessíveis. Tem se preparado para atender, com agilidade, à crescente demanda por alimentos, da

sociedade brasileira e do planeta: identificando com clareza os produtos que o Brasil e o mundo consumirão nos próximos anos; sabendo quais são as demandas atuais e futuras que o agronegócio brasileiro apresenta e o que isso representa para a nossa economia e; conhecendo quais são as políticas públicas que precisam ser elaboradas para a garantia alimentar do país.

O Plano Estratégico define com clareza o rumo de nossas ações para o futuro e os resultados que buscamos para a nossa agricultura. É a busca constante e diária, que está presente no trabalho de seus servidores com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do Brasil, a competitividade do Agronegócio e gerar benefícios para a sociedade. Isso é fundamental para o crescimento do país, do agronegócio brasileiro e para o bem estar, levando mais alimentos à população e colocando o Brasil numa posição de destaque no mundo.

Como unidade descentralizada do Ministério a SFA/BA vem alinhando seu planejamento operacional aos desafios regionais, propondo soluções que contribuam para a execução do plano estratégico: conversando, trocando ideias e compreendendo melhor cada desafio e como eles se aplicam à nossa região; criando processos que nos permitam ser cada vez mais ágil e efetivo na implementação de políticas e prestação de serviços e; usando experiências, conhecimento e criatividade para sugerir inovações e soluções na nossa forma de atuar. Enfim, transformando a estratégia em ações e resultados; com talento, competência, experiência e vontade para superarmos os 25 grandes desafios. Pretendemos ser reconhecido pela qualidade em implementar políticas e prestar serviços, apoiando o desenvolvimento sustentável do país e ajudando milhões de brasileiros a colher os frutos do desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira.

A nossas ações têm sido implementadas em quatro planos distintos: a perspectiva da sociedade; a perspectiva do agronegócio e parceiros envolvidos; a perspectiva dos nossos processos internos e; a perspectiva das pessoas, com seus aprendizados e conhecimentos.

Tem-se investindo no desenvolvimento do talento e a competência dos servidores, pois pessoas capacitadas e motivadas são capazes de produzir processos eficazes, que geram excelência administrativa. Processos eficazes é a base para se proporcionar informações estratégicas ao agronegócio, implementar políticas públicas e prestar serviços de qualidade que fortaleçam o setor e gerem resultados para o país, trazendo benefícios, abastecendo a população com alimentos seguros e de qualidade e promovendo o desenvolvimento sustentável do Brasil a longo prazo.

No ambiente de trabalho, estamos buscando soluções para desenvolver a comunicação interna, de forma ágil e eficaz, criando formas de planejar, executar e avaliar o nosso trabalho, sempre focado nos resultados esperados. Outro grande desafio tem sido valorizar e motivar as pessoas, estimulando o trabalho em equipe. O MAPA vem incentivando esse crescimento profissional por meio de treinamentos e capacitação dos seus servidores. Com pessoas motivadas e capacitadas, tem-se melhorado a gestão da informação e do conhecimento, fundamental para aumentarmos a nossa agilidade e tomarmos decisões mais eficazes. Com a incorporação de melhores instrumentos de programação, controle e acompanhamento dos objetivos estratégicos à nossa rotina operacional melhoraram-se a eficiência e a transparência na execução orçamentária física e financeira. Investiu-se fortemente na melhoria da infraestrutura e nos processos de trabalho; com aquisição de mobiliários, computadores e outros equipamentos necessários, que nos ajudarão alcançar a excelência administrativa. Dentro desse pensamento, iniciamos estudos no sentido de aprofundarmos o conhecimento sobre o agronegócio, por meio de pesquisas, ensaios, indicadores e ampliar a oferta de estudos de prospecção e avaliação; só assim, poderemos melhorar a qualidade e o acesso às informações para o agronegócio, fundamental para o aumento da competitividade do setor. Com a implementação de políticas públicas adequadas estamos viabilizando e garantindo a segurança e qualidade dos alimentos, acesso a tecnologias e estimulando o setor a agregar valor à produção nacional. Investindo-se no aperfeiçoamento das articulações entre o agronegócio e

entidades públicas e privadas propiciamos: a conquista e manutenção de mercados para os produtos nacionais; a elaboração e implementação de políticas mais adequadas ao setor; a promoção, a organização e a integração das cadeias produtivas; a promoção do agronegócio no mercado interno e externo e; a valorização da imagem do MAPA junto ao mercado, governo e sociedade. Produzindo-se e disseminando informações qualificadas promovemos o crescimento da competitividade do setor e o aumento da credibilidade do MAPA, tornando-o referência em informações estratégicas para o agronegócio. Implementando-se políticas e prestando serviços com alto nível de excelência, de forma ágil e efetiva, estamos criando soluções inovadoras, ágeis e efetivas, que contribuam para a sustentabilidade e competitividade do setor. É nossa responsabilidade articular, de forma participativa: a organização e integração das cadeias produtivas; a inserção dos produtos nacionais nos mercados, interno e externo; a distribuição mais equitativa dos benefícios auferidos; o estímulo às formas de organização associativas e cooperativas, etc. Em suma, apoiar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio, gerar empregos, aumentar a renda, estimular a produção agropecuária, a interiorização do desenvolvimento do Brasil, o incremento da arrecadação, a exportação do excedente produzido gerando divisas para a balança comercial, a preservação dos nossos recursos naturais, entre tantos outros benefícios.

O modelo de gestão adotado pela SFA/BA foi executado pelas três Divisões (DAD, DDA e DPDAG), sob a coordenação do Gabinete e teve como objetivo principal o monitoramento dos processos da Instituição, com uniformização de procedimentos de planejamento, acompanhamento e avaliação para todos os Serviços. Isto tem proporcionado obtenção de resultados expressivos, demonstrados pelos Indicadores de Desempenho Operacionais das ações finalísticas. A estratégia fundamental consistiu no planejamento e padronização dos procedimentos e ações que visam dar cumprimento ao PPA, com a supervisão da Secretaria de Defesa Agropecuária. A quase totalidade das ações foi executada diretamente pelas diferentes Unidades Gerenciais e outras, executadas indiretamente, pelo Órgão de Defesa Agropecuária do Estado. Cada Serviço Técnico orientou suas atividades em Planos Operativos previamente elaborados, discutidos, analisados e aprovados por seus coordenadores. Houve uma programação de reuniões envolvendo todos os chefes, com o intuito de discutir, avaliar e ajustar as metas das atividades em execução, resultando em correção de rumos quando detectados desvios e inadequações. Periodicamente foi solicitado pela DDA levantamentos do desempenho dos Programas desenvolvidos por todos os Serviços Técnicos, medida esta que possibilitou a todos os Chefes de Serviços visualizarem melhor o andamento das atividades programadas e tomarem decisões táticas que resultaram na recuperação do desempenho individual de cada Ação, com efeitos extremamente positivos no resultado geral.

O Serviço de Sanidade Vegetal - SSV, para consecução dos objetivos propostos, desenvolveu suas Ações no sentido de reforçar as parcerias entre os setores público e privado (Embrapa, ADAB, Moscamed, etc.), tão importantes na manutenção e ampliação do agronegócio, através de convênios e acordos bilaterais celebrados, e levantar os problemas de relevância para a agricultura do estado da Bahia na tentativa de solucioná-los. Prioritariamente, desenvolveu-se atividades relacionadas aos PIs Vigifito e Pcevegetal, tendo como objetivos básicos: a segurança alimentar na produção, importação e exportação de vegetais, produtos e subprodutos de origem vegetal; a proteção de nossa fronteira agrícola contra as pragas quarentenárias e a manutenção e o incremento dos programas de exportação de frutas. As demandas priorizadas foram executadas diretamente por técnicos (Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Atividades Agropecuárias) lotados no SSV, nas Utras de Itabuna, Vitória da Conquista, Barreiras e Uvagos de Salvador, Ilhéus e Juazeiro. As atividades delegadas foram executadas pela a ADAB, OEDSV- Organização Estadual de Defesa Sanitária Vegetal, Legalmente amparada pelo SUASA – Sistema Único de Atenção a Sanidade Agropecuária, Decreto nº 5.741 de 30/03/2006, e fiscalizadas e auditadas pelos técnicos da SFA/BA. Dentre as principais atividades desenvolvidas podemos destacar: o Programa de Monitoramento de Moscas das Frutas em pomares de manga e mamão, cujos frutos foram exportados para os Estados Unidos

da América; a implementação do Sistema de Manejo de Risco de Pragas – em unidades de produção de manga destinadas à exportação para os Estados Unidos da América; a implementação do Sistema Approach em unidades de produção de mamão destinadas à exportação; o Programa de Exportação de Mangas para os Estados Unidos da América, Japão, Argentina, Chile e Uruguai; o Programa de Exportação de Mamão para os Estados Unidos da América; a Fiscalização do trânsito interestadual de vegetais – Barreiras Fitossanitárias; a manutenção de Área Livre de Pragas – ALP – para Sigatoka negra no cultivo da bananeira; fiscalização e levantamento fitossanitários em cultivos de soja, algodão e palma forrageira; fiscalização e levantamento fitossanitários em cultivos de citros; fiscalização e levantamento fitossanitários em cultivos de cacau e; elaboração e acompanhamento de convênio técnico celebrado entre o Estado e o MAPA.

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - SIPOV, em conformidade com o DIPOV - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, direcionou suas ações no sentido de garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal. Neste sentido, atuou: no estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da sua qualidade; na inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais; na fiscalização e registro, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; na capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança; na celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SIPOA atuou buscando atender as determinações prioritárias do DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal: na fiscalização de resíduos em alimentos, na inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, visando garantir a conformidade dos produtos.

O Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários - SEFIP direcionou suas ações no sentido de: assegurar a oferta de produtos de uso veterinário em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais; assegurar qualidade e conformidade dos insumos destinados à alimentação animal; e na melhoria da qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional. Atuou: no licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais; no registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento; na capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação; em auditoria visando garantir a segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário; na fiscalização das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; na conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; na implementação das BPF nos estabelecimentos e; na realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuam, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade.

O Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas - SEFIA atuou fortemente na garantia da conformidade dos insumos agrícolas (sementes, mudas, fertilizantes, inoculantes, aditivos e agrotóxicos) tão importante para o acesso do produtor a insumos com qualidade assegurada, minimizando os riscos inerentes à atividade e visando garantir a produção e a produtividade. Destaca-se a forte fiscalização dos procedimentos industriais dos produtores de fertilizantes e a fiscalização dos produtores de sementes e mudas exercidas por esse Serviço.

O Serviço de Saúde Animal - SSA realizou fiscalizações no Órgão Executor - ADAB e em diversos segmentos da agropecuária com o objetivo de diagnosticar não conformidades de risco para a integridade dos programas de saúde animal na Bahia, além de acompanhar e orientar a execução das atividades de vigilância, controle de trânsito para as diversas espécies animais (intra e interestadual), a comercialização e controle de vacina e a execução das etapas de vacinação contra a Febre Aftosa. A responsabilidade efetiva do Serviço de Saúde Animal com seus objetivos institucionais, com a crescente parceria com o Órgão Executor Estadual e com os demais segmentos do setor da agropecuária, respondem pela extinção da Zona Tampão e consequente criação da Zona de Proteção Livre de Febre Aftosa com Vacinação, com área de 58.201 km² que hoje se somam à área livre, totalizando no Estado da Bahia, 564.529 km² como Área Livre de Febre Aftosa com Vacinação. Esse acontecimento fez recrudescer com intensidade a economia dessa região, oportunizando novos horizontes econômicos, com a valorização do rebanho, para os pecuaristas dessa região. Foram atualizadas as áreas de Risco para a Encefalopatia Espongiforme Bovina – EEB (doença da vaca louca) e Raiva dos Herbívoros. No Programa de Sanidade Avícola, as atividades desenvolvidas entre seus parceiros MAPA/ADAB e iniciativa privada são responsáveis pela evolução da classificação de grupo “C” para o grupo “B”, significando avanços em todos os seguimentos da cadeia produtiva da avicultura na Bahia. Outros avanços são registrados como a adesão de produtores rurais para integrarem o programa certificação de “propriedade de livre da brucelose e tuberculose” com reconhecimento internacional. O alcance dessa meta está gerando não só uma melhor remuneração para o produtor, mas representa um grande avanço para a segurança alimentar da população de forma sustentável.

A Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG teve suas ações voltadas à promoção do desenvolvimento rural, ao estímulo das boas práticas agrícolas, ao uso responsável dos recursos naturais, à expansão e fiscalização do crédito e dos investimentos públicos no meio rural; exigindo para o êxito de seu trabalho o estabelecimento de parcerias com os produtores rurais, através de suas entidades associativas, com as universidades, os poderes públicos, estadual e municipal, enfim, com os diversos segmentos que compõem e dão vida ao agronegócio.

O Serviço de Vigilância Agropecuária (SVA) e as Unidades de Vigilância Agropecuária (UVAGRO) desenvolveram suas ações no sentido de impedir a entrada e a disseminação de pragas e doenças de animais e vegetais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população; bem como, inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas e animal no trânsito internacional, além de certificar a fitossanidade e a zoossanidade dos produtos nacionais exportados. Fundamentada na legislação de defesa e inspeção, animal e vegetal, o controle foi exercido com a vigilância em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações e na análise de risco e quarentena de produtos vegetais e animais.

2.4. Indicadores

A SFA/BA vem buscando soluções para desenvolver a comunicação interna, de forma ágil e eficaz, criando formas de planejar, executar e avaliar o seu trabalho, sempre focado nos resultados esperados. Tem investido na valorização e motivação de seu quadro funcional, estimulando o trabalho em equipe, incentivando o crescimento profissional por meio de treinamentos e capacitação. Com pessoas motivadas e capacitadas, tem-se melhorado a gestão da informação e do conhecimento, fundamental para aumentarmos a nossa agilidade e tomarmos decisões mais eficazes. Com a incorporação de melhores instrumentos de programação, controle e acompanhamento dos objetivos estratégicos, à nossa rotina operacional, melhorou-se a eficiência, a transparência na execução orçamentária física e financeira e a melhoria dos processos de trabalho que nos ajudarão alcançar a excelência administrativa.

Para o acompanhamento de nossas ações, durante o exercício de 2012, utilizamos quatro Indicadores de Desempenho: Eficácia, Eficiência, Efetividade e, Economicidade.

2.4.1. Indicador de Eficácia

Mede o grau de realização da meta física principal. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficaz na condução da Ação; no entanto, o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores. Quando o índice é igual a "0": a Unidade cumpriu plenamente a meta que havia sido prevista para o exercício.

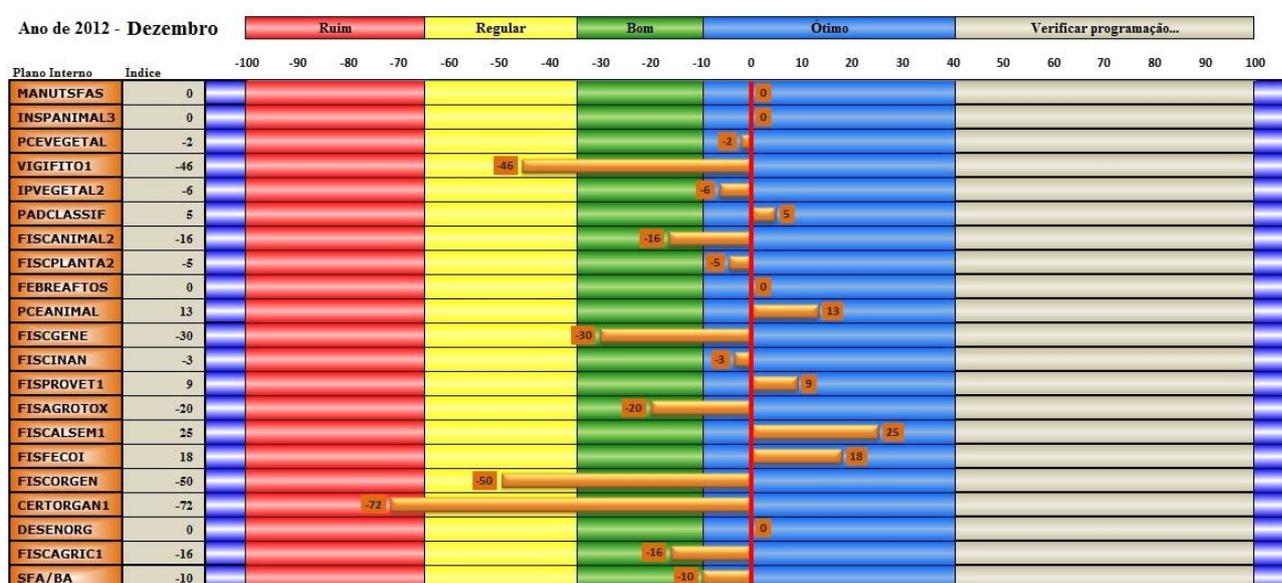
Fórmula de cálculo: **Eficácia = ((QTR : QTP) . 100) – 100**

QTR = Quantidade Total Realizada.

QTP = Quantidade Total Prevista.

SFA-BA - Desempenho Operacional - Indicador: **Eficácia**

SePA - Seção de Planejamento e Acompanhamento



Na Figura acima são mostrados os resultados observados, de forma padronizada, para o Indicador de Eficácia. Na horizontal estão representados os Planos Internos, seus índices alcançados no exercício e a representação gráfica dos mesmos, bem como, a representação média de todas as Ações de responsabilidade da SFA/BA. Na vertical está definida uma escala graduada com intervalos que vão de -100 a 100; com faixas delimitadas (Ruim, Regular, Bom, Ótimo, etc.) indicativas da qualidade do resultado obtido por cada Ação no exercício. A linha vertical vermelha representa o ponto "0" da escala, valor que indica o cumprimento integral da programação definida para a meta física principal no exercício.

A maioria das Ações de responsabilidade da SFA/BA, num total de 13, obteve desempenho ótimo neste indicador, com índices que variaram de -6% (IPVEGETAL2) a 25% (FISCALSEM1). Isto parece indicar que, mesmo com uma dotação orçamentária menor que a necessária, os Serviços responsáveis por essas Ações souberam utilizar seus recursos de forma consciente e eficiente nas atividades desenvolvidas. Dessa maneira, foi possível o cumprimento de suas programações e, em muitos deles, até superaram essas metas em valores significativos.

Foi bom o resultado do Indicador obtido nas Ações FISCANIMAL2 (-16%), FISCGENE (-30%), FISAGROTOX (-20%) e FISCAGRIC1 (-16%). FISCANIMAL2 justifica que a atividade de fiscalização envolve a análise documental e a inspeção física das cargas ou bagagens em trânsito internacional. Desse modo, o número de investigações depende da quantidade de passageiros conduzindo animais de estimação e/ou trazendo, na bagagem, produtos de origem animal em

desacordo com a legislação brasileira. Também pondera que a meta prevista para o exercício foi uma estimativa da Coordenação Geral do VIGIAGRO, entretanto, o volume dos trabalhos relacionados à ação, depende unicamente da intensidade do trânsito internacional de cargas e passageiros. FISCAGENE condiciona o resultado obtido no indicador à existência de apenas um Fiscal Federal Agropecuário especializado na área de Material de Multiplicação Genética e, conseqüentemente, por mais que esse Servidor tenha o apoio de outros Fiscais, ele sempre precisa estar presente em todas as ações fiscalizatórias, uma vez que é o único que detém a habilidade técnica e o conhecimento da legislação da área. A esta limitação adiciona: a deflagração da greve dos Fiscais Federais Agropecuários em agosto do ano passado; a demora pra liberação de recurso no início do ano, que só ocorreu a partir de março; as férias a que este Fiscal tem direito e; a necessidade recorrente do mesmo estar presente na sede para prestar atendimento aos públicos externo e interno e para dar andamento a processos e documentos administrativos da área. FISAGROTOX justifica que a pequena redução no índice decorreu da não obrigatoriedade de fiscalização em uma das empresas previstas, pois a mesma só produz componentes químicos que são utilizados na formulação de produtos agrotóxicos e que tais materiais não são regidos pela legislação de agrotóxicos e afins, neste sentido, não é imperativo a sua fiscalização, independente da obrigatoriedade do Registro das empresas. FISCAGRIC1 justifica a pequena redução no desempenho a um significativo corte orçamentário; dos R\$ 52.720,00 previstos para a realização das atividades foram liberados apenas R\$ 9.761,68 (18,52%), uma redução de 81,48% dos valores previstos.

Duas das Ações, VIGIFITO1 e FISCORGEN apresentaram desempenho regular; com índices respectivos de -46% e -50%. VIGIFITO1 atribui o resultado obtido: ao atraso no repasse dos recursos financeiros, para ADAB, destinados ao convênio 2012 e sua conseqüente prorrogação para o exercício de 2013, afetando sobremodo a execução das atividades programadas; à seca que assolou a região Nordeste, particularmente o estado da Bahia, causou perdas na produção e redução do trânsito de vegetais e conseqüentemente reduziu o número de fiscalizações nos postos de barreiras fitossanitárias, alterando o quantitativo das metas físicas programadas e; limitações financeiras impostas pelo Decreto Presidencial nº 7.446, de 01 de março de 2011, alterando significativamente a execução da programação de 2012. FISCORGEN justifica que a meta inicial prevista para a Ação era de 120 fiscalizações e que decorrente da necessidade de se ampliar a área de atuação, em novas áreas de plantio na região Oeste da Bahia, este valor foi ampliado para 262 fiscalizações. A este fato somou-se o grande período de estiagem que atingiu nosso Estado, o que ocasionou na cultura da soja o encurtamento do ciclo vegetativo, transferindo o período ideal de amostragem fiscal para o final do mês de dezembro e início de janeiro, período em que as ações de fiscalização ficam prejudicadas por questões orçamentárias. Vale salientar, que em anos normais, esse trabalho é realizado no mês de fevereiro.

CERTORGAG1 foi a única Ação que apresentou desempenho ruim para o indicador no exercício, com um índice de -72%. Segundo o gestor este resultado decorreu de fatores que independem da Unidade, tais como: um quadro de pessoal técnico reduzido para atender a gama de atribuições delegadas; restrições orçamentárias, mesmo com a elaboração e apresentação do Plano Operativo à Coordenação Nacional, cujo atendimento é dependente de fatores conjunturais; e ao fato de que o maior volume de recursos liberados se concentra em Planos Internos voltados à fiscalização, restringindo a atuação da Divisão nas ações de sensibilização e fomento. Também justifica que o alcance da mesma, não depende do agente e sim dos produtores, na decisão de constituírem suas Organizações de Controle Social e do devido cadastro junto ao MAPA, embora a DPDAG venha executando diversas ações voltadas à sensibilização e mobilização dos mesmos.

A SFA/BA apresentou uma Eficácia média de -10%, índice este que a coloca numa faixa ótima de desempenho para o indicador, com 90% de cumprimento das metas físicas programada para o exercício de 2012. Por se tratar de um número médio, obtido de todos os resultados das Ações, ele

deve ser analisado com critério, pois nivela valores com níveis distintos de qualificação. Entretanto, este resultado, quando comparado a obtidos em anos anteriores, permite acompanhar a evolução da eficácia da Superintendência ao longo do tempo.

2.4.2. Indicador de Eficiência

Percentual do custo unitário realizado em relação ao que foi programado. Se o valor do indicador é positivo: a Unidade foi eficiente na condução da Ação. Se o indicador é negativo: a unidade não foi eficiente na condução da Ação. Quando o índice é igual a "0": a Unidade cumpriu plenamente a meta prevista para o exercício.

Fórmula de cálculo: **Eficiência = (((CUR : CUP) . 100) - 100) . (-1)**

CUR = Custo Unitário Realizado (CTR : QTR)

CTR = Custo Total Realizado.

QTR = Quantidade Total Realizada.

CUP = Custo Unitário Previsto (CTP : QTP)

CTP = Custo Total Previsto

QTP = Quantidade Total Prevista.

SFA-BA - Desempenho Operacional - Indicador: **Eficiência**

SePA - Seção de Planejamento e Acompanhamento



Na Figura acima são mostrados os resultados alcançados, de forma padronizada, para o Indicador de Eficiência. Na horizontal estão representados os Planos Internos, seus índices observados no exercício e a representação gráfica dos mesmos, bem como, a representação média de todas as Ações de responsabilidade da SFA/BA. Na vertical está definida uma escala graduada com intervalos que vão de -100 a 100; com faixas delimitadas (Ruim, Regular, Bom, Ótimo, etc.) indicativas da qualidade do resultado obtido por cada Ação no exercício. A linha vertical vermelha representa o ponto "0" da escala, valor que indica uma igualdade entre o custo previsto para cada

unidade do produto da Ação e o valor efetivamente observado no exercício. Em resumo, o custo unitário realizado é igual ao custo unitário previsto.

Também neste Indicador a grande maioria das Ações (17) obteve desempenho ótimo, com índices que variaram de -9% (MANUTSFAS) a 85% (FISCANIMAL2). Isto nos permite inferir que, mesmo dispondo de dotações financeiras menores que as necessárias, os Serviços desenvolveram formas de trabalho que maximizaram bastante os recursos disponibilizados, utilizando-os de forma consciente e eficiente nas atividades desenvolvidas. Dessa forma, foi possível uma redução significativa do custo unitário de suas ações em 2012. Entretanto, torna-se necessário uma análise mais particularizada da programação de algumas das Ações que atingiram valores de Eficiência, em nosso entender, significativamente elevados. Neste sentido, estamos empreendendo esforços objetivando o aperfeiçoamento dos nossos mecanismos de programação e consequentemente adequá-lo às nossas necessidades.

Foi bom o desempenho observado no indicador das Ações VIGIFITO1 (-23%) e CERTORGAN1 (-34%), mesmo apresentando gastos unitários ligeiramente maiores que os previstos para a realização de suas atividades. VIGIFITO1 justifica que apesar da redução do trânsito de vegetais, em consequência da seca que assolou a região Nordeste, os custos de manutenção dos postos de barreiras fitossanitárias não são alterados. Este fato reflete uma eficiência negativa que independe do controle da gestão da Ação. CERTORGAN1 condiciona o pequeno aumento de custo apresentado, não a um planejamento incorreto da Unidade e salienta que a Meta a ser alcançada foi definida pela Coordenação Nacional, e revelou-se superestimada; não há diagnóstico confiável que determine o universo representado pela meta que foi programada e mesmo com acentuada correção feita, ao longo do exercício, não foi possível atingir o total das unidades, o que determinou o resultado deste Indicador.

Apenas a Ação FISCORGEN apresentou um desempenho regular no exercício, o índice de -49% demonstra ter havido um aumento significativo no custo da ação fiscal em 2012. Foi justificado que em virtude da necessidade de se ampliar a área de atuação, em novas áreas de plantio na região Oeste da Bahia, e estando esta nova fronteira agrícola a grande distância da sede da SFA/BA, verificou-se um aumento significativo no custo unitário das fiscalizações no exercício. Os custos da participação de Fiscais em eventos relacionados às atividades da Ação, com passagens e diárias, também contribuem para o aumento de custos. Quando existem muitas fiscalizações esse valor é diluído, porém, como se verificou uma redução nas fiscalizações realizadas o efeito foi mais evidente.

2.4.3. Indicador de Efetividade

Mede o resultado gerado pela Ação em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor. Quanto mais próximo de 100% esteja o indicador mais efetiva foi a Ação.

Fórmula de cálculo: **Efetividade = (QTR : TPF) . 100**

QTR = Quantidade Total Realizada.

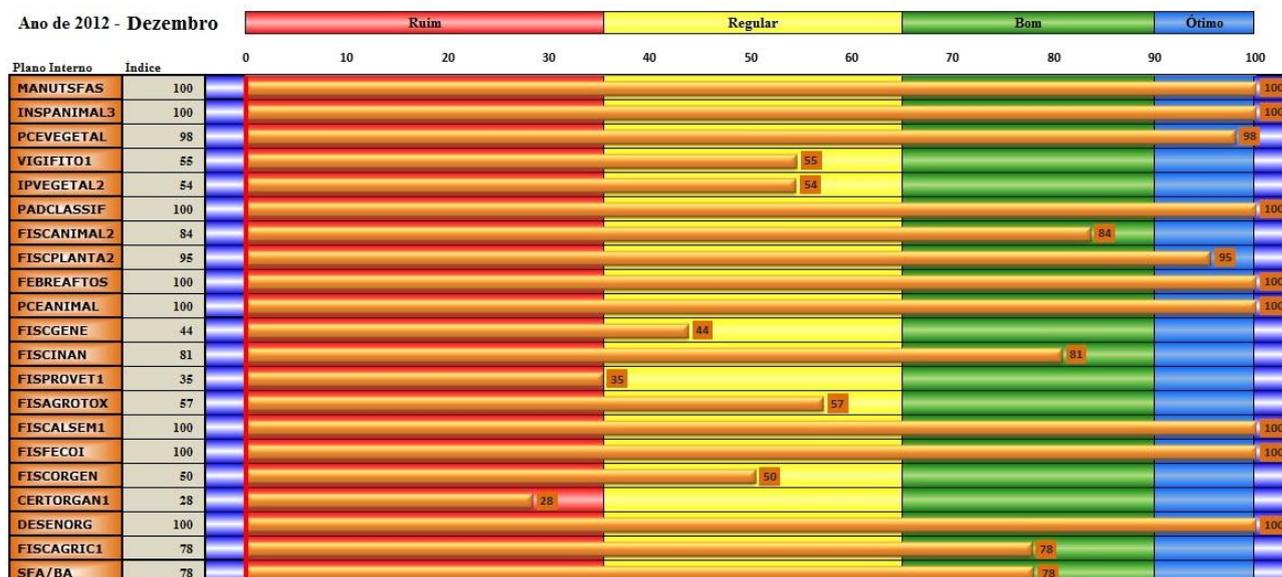
TPF = Total Passivo de Fiscalização pela Unidade.

Na Figura abaixo estão representados os resultados observados para o indicador de Efetividade no exercício de 2012. Na horizontal estão organizados todos os Planos Internos de responsabilidade da Unidade e a média estimada para a SFA/BA, seus índices alcançados e a representação gráfica dos mesmos. Na vertical está definida uma escala graduada com intervalos que vão de 0 a 100; com faixas delimitadas (Ruim, Regular, Bom e Ótimo) indicativas da qualidade do resultado obtido por

cada Plano Interno. Quanto mais próximo de 100% esteja o índice encontrado mais efetivo foi o desempenho da Ação, justificando os objetivos que motivaram a atuação do órgão executor.

SFA-BA - Desempenho Operacional - Indicador: **Efetividade**

SePA - Seção de Planejamento e Acompanhamento



Foi bom o resultado alcançado pela SFA/BA no exercício, como pode ser comprovado pelo valor médio de 78% estimado para o indicador de Efetividade. Este índice é muito expressivo, pois, indica que as ações desenvolvidas, no período, proporcionaram uma cobertura satisfatória no cumprimento das atribuições institucionais da Superintendência, apesar das dificuldades físicas e financeiras enfrentadas em 2012. 10 das 20 Ações de responsabilidade da Unidade obtiveram desempenho ótimo neste indicador, com índices de efetividade superiores a 95%, o que indica que mesmo dispondo de uma dotação orçamentária insuficiente para o custeio de suas atividades, foi possível utiliza-lo de forma racional e eficiente para a maximização dos resultados obtidos.

As Ações FISCANIMAL2, FISCINAN e FISCAGRIC1 tiveram um bom desempenho no exercício, com índices de efetividade de 84%, 81% e 78%. FISCANIMAL2 justifica que a atividade de fiscalização envolve a análise documental e a inspeção física das cargas ou bagagens em trânsito internacional. Desse modo, o número de investigações depende da quantidade de passageiros conduzindo animais de estimação e/ou trazendo, na bagagem, produtos de origem animal em desacordo com a legislação brasileira. Também pondera que a meta prevista para o exercício foi uma estimativa da Coordenação Geral do VIGIAGRO, entretanto, o volume dos trabalhos relacionados à ação, depende unicamente da intensidade do trânsito internacional de cargas e passageiros. FISCINAN justifica que a redução do índice decorreu de cortes nos recursos orçamentários ocorridos no segundo semestre que condicionou o direcionamento das fiscalizações para as empresas produtoras em detrimento dos estabelecimentos comerciais. FISCAGRIC1 condiciona a pequena redução no desempenho a um significativo corte orçamentário; dos R\$ 52.720,00 previstos para a realização das atividades foram liberados apenas R\$ 9.761,68 (18,52%), uma redução de 81,48% dos valores previstos.

Cinco Ações alcançaram desempenho regular para o Indicador: VIGIFITO1, 55%; IPVEGETAL2, 54%; FISCGENE, 44%; FISAGROTOX, 57% e; FISCORGEN, 50%. VIGIFITO1 condiciona o resultado alcançado a três fatores: atraso no repasse dos recursos financeiros para ADAB, destinados ao convênio 2012 e sua consequente prorrogação para o exercício de 2013, afetando sobremodo a execução das atividades programadas; a seca que assolou a região Nordeste,

particularmente o estado da Bahia, causando perdas na produção e redução do trânsito de vegetais e conseqüentemente reduziu o número de fiscalizações nos postos de barreiras fitossanitárias, alterando o quantitativo das metas físicas programadas e; limitações financeiras impostas pelo Decreto Presidencial nº 7.446, de 01 de março de 2011, alterando significativamente a execução da programação de 2012. IPVEGETAL2 justifica que dos 215 estabelecimentos registrados no Setor de Bebidas 45 são importadores/exportadores e aproximadamente 20% são ativos, ficando os demais à margem da fiscalização por não haver necessidade de serem inspecionados, mesmo com seus registros ativos por um período de dez anos a partir da sua concessão, o que vem, por conseguinte, mascarar tal indicador. FISCGENE atribui o resultado obtido no indicador à existência de apenas um Fiscal Federal Agropecuário envolvido nas atividades da área de material genético para multiplicação animal, e da necessidade de se ter mais alguém inteirado com as normas e leis vinculadas a área. Também a irregularidade na liberação de recursos para atender às demandas e os valores insuficientes disponibilizados, no exercício, impossibilitaram a obtenção de melhores resultados. FISAGROTOX justifica que a não ocorrência de fiscalização em três empresas das sete existentes se deu em função das mesmas só produzirem componentes químicos que são utilizados na formulação de produtos agrotóxicos. Tais materiais não são regidos pela legislação de agrotóxicos e afins e neste sentido não estão passíveis de fiscalização, independente da obrigatoriedade do Registro das empresas e; FISCORGEN aponta para dificuldades de se precisar o quantitativo de agricultores que cultivam Organismos Geneticamente Modificados, já que não é obrigatório o registro dos mesmos, não sendo possível se determinar o universo com precisão e, portanto, o resultado do indicador fica prejudicado.

Apenas duas Ações apresentaram desempenho ruim para o indicador no exercício: FISPROVET1, com índice de 35% da meta prevista para o exercício e; CERTORGAN1, com índice de 28% da meta prevista. FISPROVET1 justifica o baixo desempenho à existência de um número expressivo de estabelecimentos no Estado, sendo praticamente impossível que a Unidade possa fiscalizar todos eles. Deste modo, as fiscalizações são direcionadas àqueles mais representativos. Convém salientar, que no exercício de 2012 foram realizadas 328 fiscalizações de uma programação de 301, um incremento de aproximadamente 9% do previsto. Já CERTORGAN1 condiciona o baixo desempenho a fatores que independem da gestão, tais como: o corte orçamentário, a não disponibilização de recursos no momento oportuno e limitações de diárias por Fiscal Federal Agropecuário para o exercício de suas atividades. Dos R\$ 29.768,50 previstos para a realização das ações foram liberados apenas R\$ 11.295,89 (37,95%); uma redução de 62,05% dos valores pretendidos. Também argumenta que o universo de estabelecimentos produtores ainda não está perfeitamente diagnosticado e é desconhecido; a agricultura orgânica é uma atividade que pode ser considerada recente e tem se expandido à medida que o mercado se mostra receptivo a este tipo de produto, no entanto, ainda não há fonte confiável que defina o universo, hoje existente, dos diversos elos desta cadeia produtiva.

2.4.4. Indicador de Economicidade

Mede o resultado alcançado pela Ação em relação ao ano anterior. Se o indicador é negativo: indica ter havido uma redução de custo da Ação no presente exercício. Este Indicador será empregado apenas na Ação MANUTSFAS.

Fórmula de cálculo: **Economicidade = ((CTR2012 : CTR2011) . 100) - 100**

CTR2012 = Custo total realizado em 2012.

CTR2011 = Custo total realizado em 2011.

Resultados da Ação MANUTSFAS.

Realizado 2012	CTR2012 = Custo Total Realizado em 2012	R\$	1.172.511,31
Realizado 2011	CTR2011 = Custo Total Realizado em 2011	R\$	1.646.546,85
Indicador	Economicidade = ((CTR2012 : CTR2011) . 100) – 100	%	-28,79

É muito difícil a definição de indicadores de desempenho para monitoramento dos resultados na atividade-meio. Porém, em relação às despesas da unidade, elas foram realizadas de forma prudente e coerente. O índice de Economicidade do PI MANUTSFAS, da ordem de -28,79% aponta para uma redução, bastante significativa, de custo com a manutenção da Superintendência, no exercício de 2012. MANUTSFAS atribui essa redução a uma política de austeridade de controle de custos implementada pela DAD e que já começa a surtir efeito. Vale salientar que variações verificadas nos gastos da Ação podem também estar relacionadas, não com uma redução de despesas no exercício, e sim, decorrer de uma maior disponibilização de recursos no ano anterior.

A DAD - Divisão de Apoio Administrativo executou as suas atividades, em 2012, com base nos recursos provenientes do Plano Interno - MANUTSFAS, inserido no Programa de Apoio Administrativo do Ministério do Planejamento e sob gerenciamento do MAPA.

No gerenciamento dos gastos, a DAD tem uma preocupação toda especial com as despesas referentes à vigilância e segurança, bem como, limpeza e conservação: estando os mesmos dentro dos limites estabelecidos pelos Órgãos Federais competentes. Convém observar, no entanto, que mesmo com as limitações impostas, os trabalhos da Unidade foram realizados com muito esforço, dedicação e criatividade, para que as demandas solicitadas pelos Serviços da Área Fim fossem atendidas da melhor forma possível. Vale ressaltar que nas decisões tomadas foram observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

(Item 3 do Anexo II-A da DN TCU 119/2012)

3.1. Estrutura de Governança

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 02 (A.3.1) – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<p>Análise Crítica: A estrutura de controle é preliminarmente elaborada pela Sede e transferida para a UJ onde ao ser implantada pode ser adaptada. Quanto aos sistemas, estes são elaborados pelos Órgãos Centrais e alimentados pela UJ. Demora no desenvolvimento dos processos de controle e sua disseminação e implantação nas UJ. Insuficiência de quadro de pessoal nas especificidades, para atender às demandas de consolidação e acompanhamento da Gestão Estratégica e as novas características de relacionamento com o cidadãos.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

3.3. Remuneração Paga a Administradores

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

3.4. Sistema de Correição

Não existe Sistema de Correição na SFA/BA.

3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Não existe Sistema de Correição na SFA/BA.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

(Item 4 do Anexo II-A da DN TCU 119/2012)

4.1. Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

A SFA/BA não tem a responsabilidade física ou financeira de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA). A ela cabe apenas a condução e execução de algumas Ações desses programas no estado da Bahia.

4.1.1. Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

4.1.2. Informações Sobre Objetivos Vinculados a Prog. Temáticos de Responsabilidade da UJ

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

4.1.3. Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Prog. Temáticos de Responsabilidade da UJ

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

4.1.4. Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

No exercício de 2012 a SFA/BA foi diretamente responsável pela condução, acompanhamento e fiscalização de vinte Ações finalísticas pertencentes a três Programas distintos do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, entretanto, ela também participou, de forma significativa, na execução de atividades em Ações de responsabilidade das Secretarias Executivas do MAPA.

Plano Interno VIGIFITO1

Finalidade: garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.

Atividades: elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; representação do País nos fóruns internacionais que tratam da fitossanidade; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.

Quadro 03 (A.4.4). Dados gerais da Ação VIGIFITO1.

Identificação da Ação						
Código	Ação 2134					
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e Insumos					
Iniciativa	Código 012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais					
Unidade Responsável	SSV - Serviço de Sanidade Vegetal					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	436.107,88	412.445,73	412.445,73	661,23	2.121,60	409.662,90
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização realizada	Unidade	80.000	43.600	609.088,10	409.662,90

Fonte: Relatório de Atividades do SSV, 2012.

Plano Interno PCEVEGETAL

Finalidade: garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-lo produtivo, competitivo e atender a exigência do mercado nacional e internacional.

Atividades: elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreira fitossanitárias, elaboração de plano de contingência e de emergência para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de ato normativo (Instruções Normativa e Portaria), acordos internacionais, estabelecimento de convênio com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.

Quadro 04 (A.4.4). Dados gerais da Ação PCEVEGETAL.

Identificação da Ação						
Código	Ação 8572					
Descrição	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais					
Iniciativa	Código 012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais					
Unidade Responsável	SSV - Serviço de Sanidade Vegetal					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	1.082.744,90	1.070.879,87	1.070.879,87	2.000,00	5.788,84	1.063.091,03
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Área controlada	ha	318.223	311.552	1.081.343,50	1.063.091,03

Fonte: Relatório de Atividades do SSV, 2012.

Plano Interno FEBREAFTOS

Finalidade: manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença do circuito pecuário Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.

Atividades: realização de reuniões do circuito pecuário para estabelecimento das prioridades e estratégias zoossanitárias; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeita e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnósticos e monitoramento soroepidemiológicos nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.

Quadro 05 (A.4.4). Dados gerais da Ação FEBREAFTOS.

Identificação da Ação						
Código	Ação 4842					
Descrição	Erradicação da Febre Aftosa					
Iniciativa	Código 012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais					
Unidade Responsável	SSA - Serviço de Saúde Animal					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	3.058.306,80	3.055.102,20	3.055.102,20	-	-	3.055.102,20
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Área livre	km ²	564.693	564.693	3.072.198,00	3.055.102,20

Fonte: Relatório de Atividades do SSA, 2012.

Plano Interno PCEANIMAL

Finalidade: garantir a segurança zoossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.

Atividades: estabelecimento de diretrizes zoossanitárias para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistemas de informação zoossanitária; edição de ato normativo (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.

Quadro 06 (A.4.4). Dados gerais da Ação PCEANIMAL.

Identificação da Ação						
Código	Ação 8658					
Descrição	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais					
Iniciativa	Código 012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais					
Unidade Responsável	SSA - Serviço de Saúde Animal					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	577.566,80	564.399,61	564.399,61	1.096,95	2.184,00	561.118,66
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Propriedade atendida	Unidade	50.000	56.572	525.798,85	561.118,66

Fonte: Relatório de Atividades do SSA, 2012.

Plano Interno FISCPLANTA2

Finalidade: impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional, além de certificar a fitossanidade dos produtos nacionais exportados.

Atividades: vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.

Quadro 07 (A.4.4). Dados gerais da Ação FISCPLANTA2.

Identificação da Ação						
Código		Ação 2180				
Descrição		Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos				
Iniciativa		Código 012J - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários				
Unidade Responsável		SVA - Serviço de Vigilância Agropecuária				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	108.957,00	100.792,84	100.792,84	20,47	2.840,00	97.932,37
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização realizada	Unidade	36.000	34.373	258.020,00	97.932,37

Fonte: Relatório de Atividades do SVA, 2012.

Plano Interno FISCANIMAL2

Finalidade: impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos pecuários no trânsito internacional, além de certificar a zoossanidade dos produtos nacionais exportados.

Atividades: vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.

Quadro 08 (A.4.4). Dados gerais da Ação FISCANIMAL2.

Identificação da Ação						
Código		Ação 2181				
Descrição		Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos.				
Iniciativa		Código 012J - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários				
Unidade Responsável		SVA - Serviço de Vigilância Agropecuária				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	31.000,00	27.043,88	27.043,88	2.031,84	-	25.012,04
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização realizada	Unidade	3.005	2.512	196.660,00	25.012,04

Fonte: Relatório de Atividades do SVA, 2012.

Plano Interno FISAGROTOX

Finalidade: assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.

Atividades: normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; registro de agrotóxicos; credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação; fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e; realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas.

Quadro 09 (A.4.4). Dados gerais da Ação FISAGROTOX.

Identificação da Ação						
Código		Ação 2909				
Descrição		Fiscalização de Agrotóxicos e Afins				
Iniciativa		Código 013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas				
Unidade Responsável		SEFIA - Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	10.203,00	8.022,27	8.022,27	-	-	8.022,27
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização realizada	Unidade	5	4	15.037,00	8.022,27

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIA, 2012.

Plano Interno FISFECOI

Finalidade: melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.

Atividades: registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; registro de produtos; fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e; reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.

Quadro 10 (A.4.4). Dados gerais da Ação FISFECOI.

Identificação da Ação	
Código	Ação 2141
Descrição	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
Iniciativa	Código 013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas
Unidade Responsável	SEFIA - Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	182.726,94	173.018,34	173.018,34	-	804,89	172.213,45
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização realizada	Unidade	800	943	214.719,90	172.213,45

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIA, 2012.

Plano Interno FISCALSEM1

Finalidade: garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.

Atividades: registro de cultivares; inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças - RENASEM; fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas; elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas e; realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.

Quadro 11 (A.4.4). Dados gerais da Ação FISCALSEM1.

Identificação da Ação						
Código	Ação 2179					
Descrição	Fiscalização de Sementes e Mudanças					
Iniciativa	Código 013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas					
Unidade Responsável	SEFIA - Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	97.791,85	95.164,14	95.164,14	1.752,00	-	93.412,14
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização realizada	Unidade	812	1.016	199.721,50	93.412,14

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIA, 2012.

Plano Interno FISCORGEN

Finalidade: acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.

Atividades: acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e; legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.

Quadro 12 (A.4.4). Dados gerais da Ação FISCORGEN.

Identificação da Ação						
Código		Ação 4745				
Descrição		Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados				
Iniciativa		Código 013H - Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM				
Unidade Responsável		SEFIA - Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	29.670,26	26.386,50	26.386,50	-	-	26.386,50
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização realizada	Unidade	262	132	35.100,50	26.386,50

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIA, 2012.

Plano Interno FISCGENE

Finalidade: melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.

Atividades: realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados; capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução; boas práticas de manipulação; auditoria e; participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.

Quadro 13 (A.4.4). Dados gerais da Ação FISCGENE.

Identificação da Ação						
Código		Ação 2019				
Descrição		Fiscalização de Material Genético Animal				
Iniciativa		Código 013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários				
Unidade Responsável		SEFIP - Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	5.570,00	5.484,73	5.484,73	-	-	5.484,73
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização realizada	Unidade	20	14	16.025,00	5.484,73

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIP, 2012.

Plano Interno FISCINAN

Finalidade: assegurar qualidade e conformidade dos insumos destinados a alimentação animal.

Atividades: fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação; implementação das

BPF nos estabelecimentos e; participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.

Quadro 14 (A.4.4). Dados gerais da Ação FISCINAN.

Identificação da Ação						
Código		Ação 2124				
Descrição		Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal				
Iniciativa		Código 013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários				
Unidade Responsável		SEFIP - Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	38.881,30	35.916,44	35.916,44	-	-	35.916,44
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização realizada	Unidade	87	84	61.156,58	35.916,44

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIP, 2012.

Plano Interno FISPROVET1

Finalidade: assegurar a oferta de produtos de uso veterinário em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.

Atividades: licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento; capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário e; participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.

Quadro 15 (A.4.4). Dados gerais da Ação FISPROVET1.

Identificação da Ação						
Código		Ação 2140				
Descrição		Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário				
Iniciativa		Código 013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários				
Unidade Responsável		SEFIP - Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	49.626,41	46.755,90	46.755,90	169,91	-	46.585,99
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização realizada	Unidade	301	328	80.637,50	46.585,99

Fonte: Relatório de Atividades do SEFIP, 2012.

Plano Interno INSPANIMAL3

Finalidade: garantir a sanidade para o consumo de produtos e subprodutos de origem animal.

Atividades: inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a

inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulam estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida; estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos; supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e; certificação de produtos com qualidade diferenciada.

Quadro 16 (A.4.4). Dados gerais da Ação INSPANIMAL3.

Identificação da Ação						
Código		Ação 8938				
Descrição		Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal				
Iniciativa		Código 0278 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal				
Unidade Responsável		SIPOA - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	304.256,36	291.663,22	291.663,22	4.549,32	6.149,50	280.964,40
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Estabelecimento inspecionado	Unidade	70	70	341.136,00	280.964,40

Fonte: Relatório de Atividades do SIPOA, 2012.

Plano Interno IPVEGETAL2

Finalidade: assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária e a qualidade tecnológica satisfatória de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal ofertados à população.

Atividades: estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal e; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.

Quadro 17 (A.4.4). Dados gerais da Ação IPVEGETAL2.

Identificação da Ação						
Código		Ação 8939				
Descrição		Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal				
Iniciativa		Código 0279 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal				
Unidade Responsável		SIPOV - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	77.024,98	70.207,63	70.207,63	475,72	2.184,00	67.547,91
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Estabelecimento inspecionado	Unidade	125	117	134.591,50	67.547,91

Fonte: Relatório de Atividades do SIPOV, 2012.

Plano Interno PADCLASSIF

Finalidade: garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.

Atividades: desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal e; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.

Quadro 18 (A.4.4). Dados gerais da Ação PADCLASSIF.

Identificação da Ação						
Código		Ação 4746				
Descrição		Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais				
Iniciativa		Código 027A - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal				
Unidade Responsável		SIPOV - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	105.160,81	92.528,70	92.528,70	2.047,50	-	90.481,20
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização realizada	Unidade	150	157	170.419,54	90.481,20

Fonte: Relatório de Atividades do SIPOV, 2012.

Plano Interno MANUTSFAS

Finalidade: constituir um centro de custos administrativos das unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Atividades: atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmo não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos.

Quadro 19 (A.4.4). Dados gerais da Ação MANUTSFAS.

Identificação da Ação						
Código		4716				
Descrição		Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas				
Iniciativa		-o-				
Unidade Responsável		DAD – Divisão de Apoio Administrativo				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	1.360.807,02	1.359.237,96	1.359.237,96	16.852,31	169.874,34	1.172.511,31
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Superintendência mantida	Unidade	1	1	1.075.541,35	1.172.511,31

Fonte: Relatório de Atividades da DAD, 2012.

Plano Interno CERTORGAN1

Finalidade: garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos.

Atividades: credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias e; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.

Quadro 20 (A.4.4). Dados gerais da Ação CERTORGAN1.

Identificação da Ação						
Código		Ação 4720				
Descrição		Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica				
Iniciativa		Código 02X3 - Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando à sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada				
Unidade Responsável		DPDAG – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário				
Unidade Orçamentária		22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	16.011,92	11.860,12	11.860,12	564,23	-	11.295,89
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Unidade controlada	Unidade	60	17	29.768,50	11.295,89

Fonte: Relatório de Atividades da DPDAG, 2012.

Plano Interno DESENORG

Finalidade: aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agro ecológicos.

Atividades: ampliação do número de técnicos capacitados e da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos produtos orgânicos; promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água; promoção e apoio a eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica entre eles a de material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; realização ou participação de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais e; articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos.

Quadro 21 (A.4.4). Dados gerais da Ação DESENORG.

Identificação da Ação						
Código	Ação 8606					
Descrição	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico					
Iniciativa	Código 02X4 - Formação de bancos comunitários de sementes e/ou mudas de variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes					
Unidade Responsável	DPDAG – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	15.442,47	12.502,48	12.502,48	-	-	12.502,48
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pessoa beneficiada	Unidade	749	749	66.752,10	12.502,48

Fonte: Relatório de Atividades da DPDAG, 2012.

Plano Interno FISCAGRIC1

Finalidade: assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.

Atividades: fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos, e juntos aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos; homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela Aviação Agrícola.

Quadro 22 (A.4.4). Dados gerais da Ação FISCAGRIC1.

Identificação da Ação						
Código	Ação 2177					
Descrição	Fiscalização de Serviços Agrícolas					
Iniciativa	Código 02XL - Coordenação e fiscalização da atividade agrícola					
Unidade Responsável	DPDAG – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário					
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	14.249,85	11.065,46	11.065,46	1.303,78	-	9.761,68
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização realizada	Unidade	50	42	52.720,00	9.761,68

Fonte: Relatório de Atividades da DPDAG, 2012.

Análise Crítica

Quadro 23. Desempenho Operacional da SFA/BA - Resumo

Desempenho Operacional da SFA-BA

SePA - Seção de Planejamento e Acompanhamento

Ano de: de 2012

Período: Janeiro a Dezembro

PLANO INTERNO	META FÍSICA PRINCIPAL	META FÍSICA					META FINANCEIRA				
		Universo da Ação	Previsto	Realizado	Eficiência	Efetividade	Previsto	Realizado	Custo Unitário		Eficiência
									Previsto	Realizado	
DAD - Divisão de Apoio Administrativo											
MANUTSFAS	Superintendência mantida (und)	1	1	1	0,0	100,0	1.075.541,35	1.172.511,31	1.075.541,35	1.172.511,31	-9,0
SIPOA - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal											
INSPANMAL3	Estabelecimento inspecionado (und)	70	70	70	0,0	100,0	341.136,00	280.964,40	4.873,37	4.013,78	17,6
SSV - Serviço de Sanidade Vegetal											
PCVEGETAL	Área Controlada (ha)	318.223	318.223	311.552	-2,1	97,9	1.081.343,50	1.063.091,03	3,40	3,41	-0,4
VIGFITO1	Fiscalização realizada (und)	80.000	80.000	43.600	-45,5	54,5	609.088,10	409.662,90	7,61	9,40	-23,4
SIPOV - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal											
IPVEGETAL2	Estabelecimento inspecionado (und)	215	125	117	-6,4	54,4	134.591,50	67.547,91	1.076,73	577,33	46,4
PADCLASSIF	Fiscalização realizada (und)	157	150	157	4,7	100,0	170.419,54	90.481,20	1.136,13	576,31	49,3
SVA - Serviço de Vigilância Agropecuária											
FISCANIMAL2	Fiscalização realizada (und)	3.005	3.005	2.512	-16,4	83,6	196.660,00	25.012,04	65,44	9,96	84,8
FISCLANTA2	Fiscalização realizada (und)	36.000	36.000	34.373	-4,5	95,5	258.020,00	97.932,37	7,17	2,85	60,2
SSA - Serviço de Saúde Animal											
FEBREAFOTOS	Área Livre (km2)	564.693	564.693	564.693	0,0	100,0	3.072.198,00	3.055.102,20	5,44	5,41	0,6
PCEANIMAL	Propriedade atendida (und)	56.572	50.000	56.572	13,1	100,0	525.798,85	561.118,66	10,52	9,92	5,7
SEFIP - Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários											
FISCGENE	Fiscalização realizada (und)	32	20	14	-30,0	43,8	16.025,00	5.484,73	801,25	391,77	51,1
FISCINAN	Fiscalização realizada (und)	104	87	84	-3,4	80,8	61.156,58	35.916,44	702,95	427,58	39,2
FISPROVET1	Fiscalização realizada (und)	930	301	328	9,0	35,3	80.637,50	46.585,99	267,90	142,03	47,0
SEFIA - Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas											
FISAGROTOX	Fiscalização realizada (und)	7	5	4	-20,0	57,1	15.037,00	8.022,27	3.007,40	2.005,57	33,3
FISCALSEMI	Fiscalização realizada (und)	1.016	812	1.016	25,1	100,0	199.721,50	95.412,14	245,96	91,94	62,6
FISFECOI	Fiscalização realizada (und)	943	800	943	17,9	100,0	214.719,90	172.213,45	268,40	182,62	32,0
FISCORGEN	Fiscalização realizada (und)	262	262	152	-49,6	50,4	35.100,50	26.386,50	133,97	199,90	-49,2
DPDAG - Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário											
CERTORGAN1	Unidade controlada (und)	60	60	17	-71,7	28,3	29.768,50	11.295,89	496,14	664,46	-33,9
DESENGORG	Pessoa beneficiada (und)	749	749	749	0,0	100,0	66.752,10	12.502,48	89,12	16,69	81,3
FISCAGRIC1	Fiscalização realizada (und)	54	50	42	-16,0	77,8	52.720,00	9.761,68	1.054,40	232,42	78,0
SFA/BA -	-0-	-0-	-0-	-0-	-9,8	78,0	8.236.435,42	7.245.005,59	-0-	-0-	28,6

No Quadro 23 está demonstrado, de forma simples e resumida o desempenho alcançado por cada ação da Unidade, os recursos utilizados com o custeio das suas atividades, os resultados obtidos e a disponibilização dos elementos necessários para o cálculo dos Indicadores de Desempenho. Nele é mostrado o Desempenho Operacional das principais Ações de responsabilidade da SFA/BA no exercício de 2012. Na horizontal foram relacionados, por Divisão ou Serviço, todos os Planos Internos que desenvolveram alguma atividade no período deste relatório. Nos campos dispostos na vertical estão organizadas as informações referentes a cada um desses planos, tais como: a Meta Física Principal, definida no PPA; as quantificações da Meta Física (Universo da Ação, Previsto e Realizado), com os seus respectivos Indicadores de Desempenho (Eficácia e Efetividade) e; os valores para Meta Financeira (Previsto, Realizado, Custo Unitário Previsto e Custo Unitário Realizado), e o Indicador de Eficiência.

Os Indicadores de Desempenho Operacional não serão analisados nesta parte do relatório. Os resultados quantitativos alcançados para as Metas Física e Financeira já foram devidamente avaliados e discutidos em tópicos anteriores, item 2.2. Indicadores. Entretanto, torna-se relevante demonstrar a insuficiência dos recursos disponibilizados para custear as atividades da Superintendência no ano de 2012: dos R\$ 8.236.435,42 programados para a implementação das nossas ações, apenas R\$ 7.245.005,59 foram destinados para a SFA/BA no exercício. Uma defasagem de aproximadamente 12% do montante previsto, causando descontinuidade nas atividades programadas e tornando-se necessário um grande esforço do nosso corpo técnico em atender demandas inadiáveis.

Outras Ações Desenvolvidas Pela Unidade

Além das Ações obrigatórias, descritas anteriormente e de responsabilidade desta UJ, convém registrar a movimentação de recursos da ordem de R\$ 168.630,67 disponibilizado nos Planos Internos: AGE, R\$ 5.436,98; APOIOAGRIC1, R\$ 1.087,27; APOIOPEC1, R\$ 2.390,92; APPRODUTOR, R\$ 10.707,99; ATIVOS, R\$ 6.281,32; CAPACITA1, R\$ 56.725,78; FISCONTRATO, R\$ 1.256,96; INATPENS1, R\$ 66.048,61; INDGRAF, R\$ 12.778,28; MANUTSDC, R\$ 3.039,16; MISSOES2, R\$ 2.034,81 e; REGENAGRO, R\$ 842,59. O gerenciamento destes Planos é de responsabilidade das Secretarias Executivas do MAPA que repassam valores destinados à execução de atividades como treinamento de pessoal, viagens para participação em reuniões ou cursos, coletas de amostras para Programas Nacionais e despesas com encargos sociais (ATIVOS e INATPENS1).

4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

A SFA-BA não é Unidade Orçamentária (UO), ela apenas é executora das ações finalísticas, utilizando recursos descentralizados pelo MAPA, em Brasília-DF, para cada Plano Interno.

4.2.2. Programação de Despesas

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 24 (A.4.11). Movimentação orçamentária por grupo de despesa.

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recedora		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	130002	130029	22101 20 121 2014 1K40/0001	-	-	5.788,37
	Recebidos	130002	130029	22101 20 122 2105 20TP/0001	6.281,32	-	-
	Recebidos	130002	130029	22101 20 122 2105 2000/0001	-	-	3.876,35
	Recebidos	130002	130029	22101 20 122 2105 4716/0001	-	-	1.179.407,26
	Recebidos	420013	130029	22101 20 125 2014 2B17/0001	-	-	2.689,50
	Recebidos	420013	130029	22101 20 125 2014 2177/0001	-	-	14.249,85
	Recebidos	420013	130029	22101 20 125 2014 4720/0001	-	-	16.011,92
	Recebidos	130007	130029	22101 20 125 2028 2019/0001	-	-	5.570,00
	Recebidos	130007	130029	22101 20 125 2028 2124/0001	-	-	38.881,30
	Recebidos	130007	130029	22101 20 125 2028 2140/0001	-	-	49.626,41
	Recebidos	130007	130029	22101 20 125 2028 2141/0001	-	-	182.726,94
	Recebidos	130007	130029	22101 20 125 2028 2179/0001	-	-	97.791,85
	Recebidos	130007	130029	22101 20 125 2028 2909/0001	-	-	10.203,00
	Recebidos	130007	130029	22101 20 125 2028 4745/0001	-	-	29.670,26
	Recebidos	130007	130029	22101 20 125 2028 4746/0001	-	-	105.160,81
	Recebidos	130007	130029	22101 20 125 2028 8938/0001	-	-	304.256,36
	Recebidos	130007	130029	22101 20 125 2028 8939/0001	-	-	77.024,98
	Recebidos	130002	130029	22101 20 128 2105 4572/0001	-	-	64.483,56
	Recebidos	420013	130029	22101 20 572 2042 8560/0001	-	-	200,00
	Recebidos	420013	130029	22101 20 572 2042 8949/0001	-	-	1.060,50
	Recebidos	420013	130029	22101 20 601 2014 8591/0001	-	-	1.332,00
	Recebidos	420013	130029	22101 20 602 2014 8598/0001	-	-	3.334,22
	Recebidos	130007	130029	22101 20 603 2028 2180/0001	-	-	108.957,00
	Recebidos	130007	130029	22101 20 603 2028 2134/0001	-	-	436.107,88
	Recebidos	130007	130029	22101 20 603 2028 8572/0001	-	-	1.082.744,90
	Recebidos	130007	130029	22101 20 604 2028 2181/0001	-	-	31.000,00
	Recebidos	130007	130029	22101 20 604 2028 4842/0001	-	-	1.116.719,80
	Recebidos	130007	130029	22101 20 604 2028 8658/0001	-	-	577.566,80
	Recebidos	420013	130029	22101 20 605 2014 8611/0001	-	-	12.996,26
Recebidos	420013	130029	22101 20 665 2014 8606/0001	-	-	15.442,47	
Recebidos	420013	130029	22101 20 665 2042 2B47/0001	-	-	14.134,67	
Recebidos	130020	130029	22101 20 691 2014 8533/0001	-	-	2.328,90	
Recebidos	130020	130029	22101 20 691 2014 8548/0001	-	-	200,00	
Recebidos	130002	130029	22101 09 272 0089 0181/0001	-	-	66.048,61	
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	130002	130029	22101 20 122 2105 4716/0001	181.399,76	-	-
	Recebidos	130007	130029	22101 20 604 2028 4842/0001	1.941.587,00	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEOF/SIAFI

4.2.4. Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1. Execução da Despesa Com Créditos Originários

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

4.2.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 25 (A.4.14). Despesas por modalidade de contratação – Créditos de movimentação.

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	1.527.261,25	1.468.028,18	1.527.261,25	1.468.028,18
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	1.527.261,25	1.468.028,18	1.527.261,25	1.468.028,18
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	490.297,27	554.009,57	490.297,27	554.009,57
g) Dispensa	417.658,25	468.766,09	417.658,25	468.766,09
h) Inexigibilidade	72.639,02	85.243,48	72.639,02	85.243,48
3. Regime de Execução Especial	34.090,76	14.980,00	34.090,76	7.894,94
i) Suprimento de Fundos	34.090,76	14.980,00	34.090,76	7.894,94
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	1.037.289,49	886.461,97	1.035.413,31	886.461,97
j) Pagamento em Folha	72.329,93	97.061,58	72.329,93	97.061,58
k) Diárias	964.959,56	789.400,39	963.083,38	789.400,39
5. Outros	-	-	-	-
6. Total (1+2+3+4+5)	3.088.938,77	2.923.479,72	3.087.062,59	2.916.394,66

Fonte: SEOF/SIAFI

4.2.4.2.2. Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 26 (A.4.15). Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação.

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	72.329,93	97.061,58	72.329,93	97.061,58	-	-	72.329,93	97.061,58
3190.08 - Outros Benefícios Assistenciais	72.329,93	97.061,58	72.329,93	97.061,58	-	-	72.329,93	97.061,58
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	5.443.792,00	4.932.710,66	5.443.792,00	4.932.710,66	61.709,17	209.424,33	5.349.827,57	4.723.286,33
3390.14 - Diárias - Civil	964.959,56	789.400,39	964.959,56	789.400,39	-	-	963.083,38	789.400,39
3390.30 - Material de Consumo	299.661,53	278.070,03	299.661,53	278.070,03	19.146,34	109.210,04	263.841,26	168.859,99
3390.33 - Passagens e Despesas com Locomoção	153.065,72	131.007,31	153.065,72	131.007,31	-	-	153.065,72	131.007,31
Demais elementos do grupo	4.026.105,19	3.734.232,93	4.026.105,19	3.734.232,93	42.562,83	100.214,29	3.969.837,21	3.634.018,64
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	2.122.986,76	2.345.936,54	2.122.986,76	2.345.936,54	130.238,00	110.150,40	1.991.478,76	2.235.786,14
4430.42 – Auxílio	1.941.587,00	2.235.416,14	1.941.587,00	2.235.416,14	-	-	1.941.587,00	2.235.416,14
4490.52 - Equipamentos e Material Permanente	181.399,76	110.520,40	181.399,76	110.520,40	130.238,00	110.150,40	49.891,76	370,00
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEOF/SIAFI.

4.2.4.2.3. Análise crítica

Não houve alteração significativa nos procedimentos de descentralização de crédito em relação ao exercício anterior. Todas as despesas realizadas no exercício de 2012, com créditos recebidos por movimentação, tiveram sua execução determinada conforme disposto no artigo 37 da Constituição Federal, regulamentado na Lei nº 8.666/93, editada em 21 de junho de 1993, que instituiu as normas para licitação e contratos da Administração Pública. As referidas despesas foram efetivadas obedecendo aos princípios administrativos de: legalidade, só tendo sido praticado o que a lei autoriza; impessoalidade, efetuando-se apenas atos que a norma de direito indica e expressa como de forma impessoal e tratando todos os administrados sem discriminações ou benefício; moralidade, agindo somente de acordo com a lei, mas também de acordo com princípios éticos, pois nem tudo que é legal é honesto; publicidade, mantendo plena transparência com a divulgação oficial dos atos para o conhecimento público e; eficiência, realizando-se as atribuições com a máxima presteza, perfeição e rendimento possível, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.

Nas contratações diretas, apresentadas no Quadro 25, estão incluídas as despesas com serviços de fornecimento de água, eletricidade e correios, através de termo de contrato, os quais são considerados de natureza continuada.

Vale salientar que as despesas correntes constituem-se despesas de natureza operacional, com a manutenção e o funcionamento da Superintendência. Por outro lado, as despesas de capital destinam-se à aquisição de materiais permanentes, tais como, aquisição de veículos, equipamentos de informática, etc. Incluso nos valores destinados às despesas da UJ está o montante de R\$ 4.519.386,00 que é referente a um Convênio que o MAPA mantém com a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB.

Como evento negativo pode-se citar a solicitação da SE/MAPA para realização de empenhos imediatos para os saldos dos diversos PIs. Isto gera uma corrida para empenhar, principalmente diárias e passagens, que acabam não sendo utilizados até o fim do exercício.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

(Item 5 do Anexo II-A da DN TCU 119/2012)

5.1. Reconhecimento de Passivos

5.1.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro 27 (A.5.1). Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
33390.92.14	Diárias de exercícios anteriores a servidor civil				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
130029	043.108.615-04	1.638,71	1.638,71	1.638,71	0,00
Razões e Justificativas: Diárias não processadas no exercício de 2011 no qual o servidor realizou o deslocamento sem o pagamento das diárias e posteriormente apresentou no exercício de 2012 a comprovação da realização de viagem a serviço e fez o requerimento ao Ordenador de Despesas.					

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
33390.92.39	Outros serviços de terceiros PJ de exercícios anteriores				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
130029	15139629000194	1.909,76	1.909,76	1.909,76	0,00
130029	40572182000190	7.332,27	7.332,27	7.332,27	0,00
130029	47866934000174	12.749,71	12.749,71	12.749,71	0,00
Razões e Justificativas: Despesas de contratos com valores estimados nos quais não houve crédito orçamentário suficiente para cobrir as despesas realizadas no mês de dezembro/2011 mediante a apresentação das faturas pelos credores.					

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
33390.92.93	Indenizações e restituições de exercícios anteriores				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
130029	07448961500	164,80	164,80	164,80	0,00
130029	10874380553	912,52	912,52	912,52	0,00
Razões e Justificativas: Servidores que se deslocaram a serviço no exercício de 2011 sem a providência de passagens terrestres pela UJ os quais apresentaram posteriormente bilhetes de passagens rodoviárias que foram pagas com recursos próprios e quando do requerimento ao Ordenador de Despesas não houve a descentralização orçamentária no exercício 2011.					

Fonte: SEOF/SIAFI

5.1.2. Análise Crítica

Ver “Razões e Justificativas” no Quadro 27.

5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 28 (A.5.2). Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	3.150,00	0,00	3.150,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
...	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	319.574,73	27.525,19	292.049,54	0,00
2010	6.167.312,04	107.125,57	6.057.036,47	3.150,00
...	-	-	-	-

Fonte: SEOF/SIAFI

5.2.2. Análise Crítica

Os pagamentos sempre são demorados devido à lentidão na liquidação das despesas, é comum sempre se anular empenhos de RP por não conclusão da despesa pela Unidade. Conforme a legislação a nossa Unidade não tem mantido os valores de RP por mais de um exercício.

5.3. Transferências de Recursos

5.3.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro 29 (A.5.3). Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA									
CNPJ: 00396895/0024-11					UG/GESTÃO: 130029/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados (em R\$ 1.000,00)		Valores Repassados (em R\$ 1.000,00)		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	627737	03057966/0001-53	6.977,37	750,00	6.977,37	6.977,37	04/07/08	31/12/09	4
1	743360	03057966/0001-53	1.143,35	195,00	1.143,35	1.143,35	30/06/10	08/11/11	4
1	755769	03057966/0001-53	24.525,79	3.118,28	3.493,21	7.754,27	05/07/11	31/12/15	1
1	772001	03057966/0001-53	12.080,27	642,63	1.026,17	1.026,17	06/07/12	31/12/15	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SePA/SIAFI e SICONV.

5.3.2. Quant. de Inst. de Transf. Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 30 (A.5.4). Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA					
CNPJ:	00396895/0024-11					
UG/GESTÃO:	130029/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	1	1	1	4.519.386,00	4.261.066,14	1.143.356,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	1	1	1	4.519.386,00	4.261.066,14	1.143.356,00

Fonte: SePA/SIAFI e SICONV.

5.3.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Quadro 31 (A.5.5). Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA					
CNPJ: 00396895/0024-11			UG/GESTÃO: 130029/00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	2	36.606.062,14	8.780.452,14	7.955.378,00	23,98
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	2	36.606.062,14	8.780.452,14	7.955.378,00	23,98

Fonte: SePA/SIAFI e SICONV.

5.3.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro 32 (A.5.6). Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA					
CNPJ: 00396895/0024-11			UG/GESTÃO: 130029/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2	-	-
		Montante Repassado	4.519.386,00	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	4.261.066,14	-	-

2010	Contas Prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	1.143.356,00	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	6.977.370,00	-	-

Fonte: SePA/SIAFI e SICONV

5.3.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro 33(A.5.7). Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA						
CNPJ: 00396895/0024-11			UG/GESTÃO: 130029/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados				Instrumentos	
					Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas				-	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas		-	-
			Contas Não Analisadas		2	-
		Montante Repassado (R\$)			8.780.452,14	-
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
			Quantidade Reprovada		-	-
			Quantidade de TCE		-	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
Montante Repassado (R\$)			-	-		
2011	Quantidade de contas prestadas				-	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		-	-	
		Quantidade Reprovada		-	-	
		Quantidade de TCE		-	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-	
Montante repassado (R\$)		-	-			
2010	Quantidade de Contas Prestadas				-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-	
		Quantidade Reprovada		-	-	
		Quantidade de TCE		-	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		1	-	
Montante Repassado		1.143.356,00	-			
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-	
		Montante Repassado		-	-	

Fonte: SePA/SIAFI e SICONV

5.3.6. Análise Crítica

Está em execução na Unidade, Convênio plurianual, com vigência de 05/07/11 até 31/12/15, como concedente a UJ e como conveniente a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB, que tiveram os recursos financeiros transferidos observando os ditames legais, inclusive o Art. 35 do Decreto 93.872/86 e Art. 12 do Decreto 7.680/2012; foram repassados pelo MAPA de através das Áreas de Sanidade Animal e Vegetal da SFA/BA, possuem registros no SIAFI e SICONV números 755769 e 772001 e sendo os objetivos pactuados e executados na sua vigência, de grande importância para o agronegócio do Estado da Bahia, tendo em vista a manutenção dos acordos bilaterais para exportação de frutas a exemplo da uva, manga e mamão e a manutenção de área livre de pragas como a Sigatoka Negra, no caso específico da bananicultura. Nos três últimos anos houve evolução dos recursos transferidos, partindo-se do montante de R\$ 1.143.356,00 em 2010 para R\$

8.870.452,14 em 2012, observa-se no volume de recursos um incremento de 7,8 vezes relativas ao primeiro ano do período.

A gerência do montante pactuado referente à etapa atual da execução é efetuada tendo como ferramentas os sistemas SIAFI e SICONV. A designação de Fiscais Federais Agropecuários para o acompanhamento “in loco” dos convênios em curso, medida que a UJ já utilizava, bem como o acompanhamento das ações e objetos pactuados através dos planos de trabalho contratados, objetivam o acompanhamento fiscalização e gerência das transferências.

No que tange às análises das prestações de contas, as transferências expiradas até 2012 estão concluídas, no entanto, por falta de cumprimento de algumas medidas saneadoras, não lograram ter aprovação registrada no exercício. Cabe ressaltar, contudo, que a UJ não possui transferências em situação de inadimplência. A UJ apresenta ainda carência de pessoal, de modo que as prestações de contas das transferências são efetuadas cumulativamente com outros serviços, no entanto, com a introdução dos convênios plurianuais, a simplificação do modo de análise das prestações de contas, e o uso do sistema SICONV, são novos procedimentos e recursos materiais que contribuem para evolução, ainda que não seja a desejável, da eficiência e eficácia para melhor desenvolvimento das ações.

As transferências de recursos do MAPA para o Órgão Executor Estadual é importante considerando que as ações de Defesa Animal, por delegação de competência, são por ele executada e esses recursos são imprescindíveis para manutenção técnica e estrutural de suas atividades.

5.4. Suprimento de Fundos

5.4.1. Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1. Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro 34 (A.5.8). Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos (SF).

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo “B”	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
130029	Superintendência Federal de Agricultura na Bahia	-	920,46	33.667,77	34.588,23
-	-	-	-	-	-
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		-	920,46	33.667,77	34.588,23

Fonte: SEOF/SIAFI

5.4.1.2. Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Quadro 35 (A.5.9). Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos por UG e por suprido (conta tipo “B”).

Código da UG 1	-				Nome da UG		-	
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Utilizado pela UG					-			
Código da UG 2	-				Nome da UG		-	
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Utilizado pela UG					-			
Total Utilizado pela UJ					-			

Fonte: SEOF/SIAFI

5.4.1.3. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro 36 (A.5.10). Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador.

Código da UG 1	130020		Limite de Utilização da UG		50.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total	
			Saque	Fatura		
HELIO MOTA HIGINO	075.269.115-53	11.260,00	164,90	9.265,73	9.430,63	
ERNESTO JOSE MENEZES BEZERRA	081.256.605-00	5.500,00	153,56	4.314,11	4.467,67	
JOSE DOS SANTOS CRUZ	148.722.425-72	8.500,00	402,00	5.414,90	5.816,90	
MURILO SIMOES MIDLEJ SILVA	217.800.305-25	3.400,00	200,00	1.846,91	2.046,91	
ANTONIO CARLOS DUQUE SANTOS	025.124.915-89	4.400,00	-	3.934,70	3.934,70	
GILBERTO DE ALMEIDA P. FILHO	055.403.995-87	1.400,00	-	1.387,42	1.387,42	
NILTON ANASTACIO DE JESUS	072.281.125-04	1.550,00	-	699,81	699,81	
MARCOS ANTONIO CRUZ RAMOS	081.926.345-15	140,00	-	136,11	136,11	
EDUARDO A. S. DE MAGALHAES	098.451.515-15	1.000,00	-	1.000,00	1.000,00	
SILVIO MENEZES DOS SANTOS	106.940.485-34	1.000,00	-	667,05	667,05	
BONIFACIO SILVA FILHO	111.103.505-97	600,00	-	588,62	588,62	
CARLOS LUIZ B. R. DE CARVALHO	151.847.225-72	250,00	-	210,00	210,00	
SINESIO BOMFIM SOUZA JUNIOR	160.424.255.87	1.000,00	-	944,79	944,79	
MARCUS VINICIUS RAPOSO	165.153.585-04	2.000,00	-	1.340,23	1.340,23	
EDUARDO FRANCISCO ALVES	308.564.935-20	2.150,00	-	744,00	744,00	
ESMAEL ROQUE GOBBO	527.475.907-63	500,00	-	305,92	305,92	
ANDRE LUIZ FREITAS LEITE	595.794.125-53	1.200,00	-	767,47	767,47	
SANDRO DE SOUZA MENDONCA	875.755.235-53	400,00	-	100,00	100,00	
Total Utilizado pela UG			920,46	33.667,77	34.588,23	
Código da UG 2:	-		Limite de Utilização da UG:	-		
-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	
Total Utilizado pela UG			-	-	-	
Total Utilizado pela UJ			920,46	33.667,77	34.588,23	

Fonte: SEOF/SIAFI

5.4.1.4. Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Quadro 37 (A.5.11). Despesas realizadas por meio da conta tipo “b” e por meio do cartão de crédito corporativo (série histórica).

Exercícios	Suprimento de Fundos						
	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	07	920,46	147	33.667,77	34.588,23
2011	-	-	04	275,39	180	7.619,55	7.894,94
2010	-	-	04	374,02	283	26.846,18	27.220,20

Fonte: SEOF/SIAFI

5.4.1.5. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 38 (A.5.12). Prestações de contas de suprimento de fundos (conta tipo “B” e CPGF).

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	01	270,00	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	47	33.820,76	13	7.894,94	144	27.220,20

Fonte: SEOF/SIAFI

5.4.1.6. Análise Crítica

Na gestão dos recursos utilizados por meio da sistemática de suprimento de fundos, no exercício de 2012, informamos que esta Superintendência buscou estabelecer procedimentos de controle interno visando manter critérios rigorosos na utilização dos referidos recursos. Assim sendo, o montante dos recursos utilizados através da concessão de suprimentos de fundos, visou atender a uma demanda específica de necessidade urgente, ou de natureza emergencial, em áreas técnicas e administrativas, em conformidade com a legislação em vigor. Ressaltamos, que além da utilização de recursos em períodos de deslocamentos de servidores em viagens de serviço nesta Superintendência, também foram utilizados recursos na aquisição de materiais diversos, de pequeno vulto, visando suprir e atender a demandas que colocavam em risco a continuidade na execução das atividades diárias, dos servidores nesta SFA/BA, atentando para a excepcionalidade de utilização dos mesmos. Salientamos ainda, que os critérios adotados para a concessão dos valores solicitados através de suprimentos de fundos, passam pela análise minuciosa da documentação específica, apresentada por cada segmento desta Unidade Gestora, até a verificação da regularidade em sua aplicação, pelos servidores da seção financeira e posteriormente pelo Ordenador de Despesas. Por conta desse processo, verificamos que as despesas em sua grande maioria, foram efetuadas através de fatura, no total de R\$ 33.667,77, enquanto que na modalidade saque, foi utilizado apenas o montante de R\$ 920,46.

5.5. Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

“NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS
(Item 6 do Anexo II-A da DN TCU 119/2012)

6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 39 (A.6.1). Força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	273	273	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	273	273	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	273	273	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	5	5	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	1	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	274	274	-	-

Fonte: CGAP/SE

6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro 40 (A.6.2). Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	3
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	3
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Adm. para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	4

Fonte: CGAP/SE

6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 41 (A.6.3). Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratific. da UJ (em 31/12).

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	13	13	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	13	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	12	12	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	1	1	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	12	12	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	12	12	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	25	25	-	-

Fonte: CGAP/SE

6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro 42 (A.6.4). Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	6	13	28	117	76
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	6	13	28	117	76
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	8	5	4
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	5	4	4
2.3. Funções Gratificadas	-	-	3	1	-
3. Totais (1+2)	6	13	36	122	80

Fonte: CGAP/SE

6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Escolaridade

Quadro 43 (A.6.5). Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	5	-	11	93	140	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	5	-	11	93	138	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidor Cedido ou em Licença	-	-	-	-	-	2	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	1	-	1	3	12	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	1	-	-	3	9	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	1	-	3	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	6	-	12	96	152	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: CGAP/SE.

6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 44 (A.6.6). Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão											
Exercícios	2012	17.058.920,66	-	17.893.424,77	4.249.584,41	1.064.729,51	251.731,00	218.794,32	491,15	23.595,06	40.761.270,88
	2011	16.740.373,23	-	17.386.458,18	4.450.419,98	1.039.882,71	264.398,00	257.874,73	-	90.062,99	40.229.469,82
	2010	16.121.240,09	-	16.706.637,54	3.945.416,60	1.068.634,23	237.670,02	245.148,05	13.424,17	169.550,12	38.507.720,82
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	26.474,10	-	21.967,56	3.669,94	912,00	156,00	-	-	-	53.179,60
	2011	211.454,92	-	197.545,39	7.339,88	6.992,00	2.380,97	-	-	-	425.713,16
	2010	138.653,03	-	130.813,29	-	4.256,00	-	8.437,25	-	-	282.159,57
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	1.231.529,19	190.733,98	1.175.792,48	305.581,49	51.096,70	30.555,33	55,44	-	-	2.985.344,61
	2011	1.073.970,81	228.754,59	1.065.879,66	258.877,40	47.448,52	30.346,74	21.471,31	-	10.153,77	2.736.902,80
	2010	812.128,81	211.101,38	854.527,09	173.161,19	39.718,46	25.662,38	36.766,44	-	45.947,28	2.199.013,03
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	1.076.521,11	80.018,27	483.886,33	125.829,69	77.245,03	29.488,25	17.967,14	-	-	1.890.955,82
	2011	683.668,74	68.028,16	416.405,23	119.424,62	61.814,79	31.021,25	15.504,38	-	2.184,36	1.398.051,53
	2010	904.602,61	77.117,96	596.089,99	147.984,67	73.065,80	37.293,45	21.578,69	-	-	1.857.733,17

Fonte: CGAP/SE.

6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 45 (A.6.7). Composição do quadro de servidores inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	143	5
1.1 Voluntária	125	5
1.2 Compulsória	4	-
1.3 Invalidez Permanente	14	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	103	-
2.1 Voluntária	98	-
2.2 Compulsória	3	-
2.3 Invalidez Permanente	2	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	246	5

Fonte: CGAP/SE.

6.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 46 (A.6.8). Instituidores de pensão - Situação apurada em 31/12.

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	143	11
1.1. Integral	65	(2)
1.2. Proporcional	78	13
2. Em Atividade	541	4
3. Total (1+2)	684	15

Fonte: CGAP/SE

6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não existe acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

A UJ não tem controle interno para este objetivo nem o Órgão Central de Administração de Pessoal do MAPA.

6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não se aplica a UJ

6.1.7. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro 47 (A.6.9). Atos sujeitos ao registro do TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007).

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	05	05	05	05
Concessão de pensão civil	20	33	20	33
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	04 *	-	04 *	-
Totais	25	38	25	38

Fonte: SGP.

* Não cumulativo.

Quadro 48 (A.6.10). Atos sujeitos à comunicação ao TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007).

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	01	-	01	-
Cancelamento de concessão	01	-	01	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Totais	02	-	02	-

Fonte: SGP.

Quadro 49 (A.6.11). Regularidade do cadastro dos atos no SISAC.

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	05	-	-	-
Concessão de pensão civil	20	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	04	-	-	-
Total	29	-	-	-
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Fonte: SGP.

6.1.7.2. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Quadro 50 (A.6.12). Atos sujeitos à remessa física ao TCU (art. 14 da in tcu 55/2007).

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	-	-	-	-
Outros atos fora do SISAC (especificar)	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-

Fonte: SGP.

6.1.7.3. Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Quadro 51 (A.6.13). Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro.

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	02	-	-	-
Concessão de pensão civil	76	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Totais	78	-	-	-

Fonte: SGP.

6.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A SFA/BA não dispõe de indicadores gerenciais sobre recursos humanos. Como Unidade integrante do Ministério da Agricultura, opera com todos os instrumentos elaborados e disponibilizados pelo Órgão Central, para que haja uniformização de procedimentos a nível nacional.

6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro 52 (A.6.14). Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ.

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					

Fonte: DAD.

6.2.2. Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Quadro 53 (A.6.15). Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados.

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-

Fonte: DAD.

6.2.3. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Quadro 54 (A.6.16). Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
Será preenchido pela Secretaria de Gestão do MPOG			

Fonte: DAD.

6.2.4. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 55 (A.6.17). Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA													
UG/Gestão: 130029/00001						CNPJ: 00.396.895/0024-11							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	V	E	01/2007	05.429.384/0001-86	01/01/12	30/06/12			8	8			E
2012	V	O	02/2012	05.429.384/0001-86	01/07/12	30/06/13			8	8			A
2011	L	O	04/2011	12.095.751/0001-18	01/07/12	30/06/13	7	7					P

Observação:
 Todos os processos de terceirização de serviços na SFA/BA foram desenvolvidos levando em consideração as deliberações contidas no Acórdão nº 1520/2006 – Plenário.

LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: DAD.

6.2.5. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 56 (A.6.18). Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA													
UG/Gestão: 130029/00001						CNPJ: 00.396.895/0024-11							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Observações:													
<p>LEGENDA</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Adm. – Menores Aprendizizes 12. Outras 													

Fonte: DAD.

6.2.6. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 57 (A.6.19). Composição do quadro de estagiários.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	23	22	20	18	125.887,60
1.1 Área Fim	19	20	17	14	-
1.2 Área Meio	04	02	03	04	-
2. Nível Médio	12	12	10	10	44.787,59
2.1 Área Fim	04	05	05	05	-
2.2 Área Meio	08	07	05	05	-
3. Total (1+2)	35	34	30	28	170.675,19

Fonte: CGAP/SE.

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

(Item 7 do Anexo II-A da DN TCU 119/2012)

7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Os procedimentos para a utilização da frota de veículos estão sendo seguidas conforme o estabelecido no Decreto nº. 6.403 de 17-03-2008 e a IN 03 de 15-05-2008.

- . Verificação da frota observando a classificação, veículo de serviço comum.
- . Identificando a media anual de quilômetros rodados.
- . Provendo recursos para atender aos procedimentos em andamento quanto à vistoria de veículos para as execuções de serviços.
- . Elaborando relatórios de acompanhamento do consumo médio de combustíveis, quilômetros rodados, com a classificação por grupo e idade da frota, visando quando necessário substituição de veículos dentro do plano pré-estabelecido.
- . Acompanhamento das tarefas referentes à manutenção preventiva dos veículos.
- . Estruturando e treinando a equipe para atendimento a demanda de controle com eficiência e custos compatíveis.

Os procedimentos acima também estão sendo atendidos conforme o estabelecido através da Portaria MAPA nº 191 de 23 de outubro de 2012, no qual normatiza a implantação e funcionamento do Sistema de Controle de Veículos Automotivos – SCVA.

7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 58 (A7.1). Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF BAHIA	21	23
	Anguera	1	1
	Bom Jesus da Lapa	1	1
	Camaçari	2	2
	Catu	1	1
	Ipirá	1	1
	Itaberaba	-	1
	Itabuna	2	2
	Itanhém	-	-
	Juazeiro	1	1
	Lençóis	2	2
	Medeiros Neto	1	1
	Palmeiras	1	1
	Poçoões	1	1
	Salvador	3	3
	Santa Inês	1	1
	Serra Preta	1	1
Tremedal	1	1	
Vitória da Conquista	1	2	
Subtotal Brasil		21	23
EXTERIOR	Não se aplica	-	-
	Não se aplica	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		21	23

Fonte: DAD/Setor de Material e Patrimônio.

7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 59 (A.7.2). Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Não se Aplica	-	-
	Não se aplica	-	-
Subtotal Brasil		-	-
EXTERIOR	Não se Aplica	-	-
	Não se aplica	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		-	-

Fonte: DAD/Setor de Material e Patrimônio.

7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro 60 (A.7.3). Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reforma	Com Manutenção
130029	3329.00002.500.7	4	4	35.000,00	04/06/2012	50.000,00		-
130029	3377.00022.500.6	12	6	80.000,00	17/09/2012	256.000,00		-
130029	3413.00006.500.9	12	6	95.000,00	10/07/2012	275.000,00		-
130029	3413.00005.500.3	12	4	40.000,00	10/07/2012	95.000,00		-
130029	3449.00006.500.0	12	3	10.000,00	28/08/2012	45.000,00		-
130029	3581.00002.500.8	4	3	40.000,00	04/06/2012	70.000,00		-
130029	3597.00032.500.8	12	3	40.000,00	10/07/2012	90.000,00		-
130029	3597.00031.500.2	12	3	286.000,00	10/07/2012	386.000,00		-
130029	3669.00018.500.2	12	3	40.000,00	04/06/2012	150.000,00		-
130029	3687.00004.500.4	12	3	70.000,00	17/09/2012	100.000,00		-
130029	3687.00007.500.0	12	3	150.000,00	17/09/2012	300.000,00		-
130029	3723.00003.500.9	12	3	140.000,00	01/10/2012	160.000,00		-
130029	3771.00002.500.3	12	3	180.000,00	17/09/2012	323.000,00		-
130029	3803.00059.500.6	12	3	310.000,00	02/10/2012	370.000,00		-
130029	3849.00437.500.9	15	5	1.744.254,00	28/08/2012	2.312.746,92	27.006,54	-
130029	3849.00439.500.0	12	3	1.000.000,00	28/08/2012	30.110.960,00	3.460,00	-
130029	3849.00438.500.4	12	3	400.000,00	17/09/2012	750.934,00		-
130029	3859.00004.500.1	12	7	63.000,00	10/07/2012	16.000,00		-
130029	3907.00002.500.4	12	3	20.000,00	04/06/2012	70.000,00		-
130029	3935.00006.500.1	12	3	40.000,00	02/10/2012	250.000,00		-
130029	3965.00041.500.4	15	5	400.000,00	01/10/2012	555.000,00	12.800,00	-
Total							43.266,54	-

Fonte: DAD/Setor de Material e Patrimônio.

Análise Crítica

Foi constituída através da Portaria nº 000105, de 21 de março de 2012, Comissão Encarregada de informar a real situação dos bens imóveis, sob a jurisdição desta SFA/BA, permitindo a Gestão a adoção de medidas efetivas para o desfazimento dos mesmos, através de reversão à SPU/BA.

Foram efetuados os seguintes serviços, pela Comissão, em 21 bens imóveis:

1. Abertura de Processos;
2. Programação com datas para deslocamento/ pedido de recurso/material;
3. Visita in loco das bases físicas;
4. Laudo de avaliação (a comissão contou com o apoio das prefeituras locais para atualização dos seguintes dados: área/localização do imóvel/valor atual do terreno/benfeitorias);
5. Memorial descritivo (a comissão contou com o apoio das prefeituras locais para atualização dos seguintes dados: área/localização do imóvel/valor atual do terreno/benfeitorias);
6. Tiragem de fotos dos bens imóveis;
7. Atualização da data e valor da avaliação no sistema SPIUNET;
8. Encaminhamento dos Processos ao CJU-BA/CGU/AGU, para análise jurídica;
9. Reversão dos bens imóveis à SPU-BA, atendendo a Pareceres Jurídicos;
10. Baixa no sistema SIAFI, dos bens imóveis revertidos.

Efetuamos a reversão de 18 bens imóveis para a SPU/BA conforme descrito abaixo:

- a) Conjunto de Silos de Anguera – processo nº 21012.000756/2012-31;
- b) Campo de Irrigação de Bom Jesus da Lapa – processo nº 2012.000748/2012-95;
- c) Usina de Beneficiamento de Fibra de Coco de Camaçari – proc. nº 21012.000758/2012-21;
- d) Campo de Produção de Sementes e Mudas de Coco de Camaçari – processo nº 21012.002018/2008-42;
- e) Usina de Beneficiamento de Mandioca de Capim – processo nº 21012.000757/2012-86;
- f) Conjunto de Silos de Ipirá – processo nº 21012.000750/2012-64;
- g) Prédio em Itabuna – processo nº 21012.000765/2012-22;
- h) Posto Agropecuário de Itabuna – processo nº 21012.000764/2012-88;
- i) Campo de Irrigação de Salitre/Juazeiro – processo nº 21012.000763/2012-33;
- j) Usina de Beneficiamento de Mandioca de Lençóis – processo nº 21012.000761/2012-44;
- k) Posto Agropecuário de lençóis – processo nº 21012.000762/2012-99;
- l) Posto Agropecuário de Medeiros Neto – processo nº 21012.000760/2012-08;
- m) Posto Agropecuário de Palmeiras – processo nº 21012.000749/2012-30;
- n) Posto Agropecuário de Poções – processo nº 21012.000751/2012-17;
- o) IV DNMET – processo nº 21012.002026/2008-99;
- p) Terreno Santa Inês – processo nº 21012.000753/2012-08;
- q) Conjunto de Silos de Serra Preta – processo nº 21012.000752/2012-53;
- r) Usina de Beneficiamento de Algodão de Caraíbas – processo nº 21012.002839/2009-60;

Elaboramos processo para avaliação e Memorial Descritivo atualizados dos bens imóveis que continuam sob a jurisdição desta SFA/BA, conforme descrito abaixo: Edifício Ceres e Prédio Anexo (sede da SFA/BA), processo nº 21012.000754/2012-42; Horto Florestal do Cabula (depósito de materiais da SFA/BA), processo nº 21012.000707/2010-37; Prédio em Vitória da Conquista (sede da Representação Regional da SFA/BA) – processo nº 21012.000755/2012-97.

Gostaríamos de ressaltar e agradecer a Superintendente e Diretor Administrativo da SFA/BA, todo o apoio, incentivo e orientações necessárias à realização dos trabalhos descritos.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

(Item 8 do Anexo II-A da DN TCU 119/2012)

8.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro 61 (A.8.1). Gestão da tecnologia da informação da unidade jurisdicionada.

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input checked="" type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinala aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:

<input type="checkbox"/>	
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	(1) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(1) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(1) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(1) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

8.2. Análise Crítica

As questões de TI são definidas pelo Órgão Central – Coordenação Geral de Tecnologia da Informação, ligada à Secretaria Executiva do MAPA, restando a esta Unidade a manutenção e alimentação dos sistemas aprovados. Merece destaque a necessidade de prover a Unidade de servidores especializados nesta área de TI.

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

(Item 9 do Anexo II-A da DN TCU 119/2012)

9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 62 (A.9.1). Gestão ambiental e licitações sustentáveis.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
	Sim, equipamentos.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
	Não adquiriu.				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
	Sim ()		Não (x)		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
	Sim, sempre que possível.				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				X	
	Sim, através de comunicações oficiais e reuniões.				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 			X		
<p>Considerações Gerais: Quanto à gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental durante o exercício de 2012, a Superintendência buscou estabelecer procedimentos que garantissem o atendimento da legislação vigente. Assim sendo, seguem abaixo as informações detalhadas dos procedimentos adotados.</p> <p>-No exercício de 2012, esta SFA/Ba não realizou licitação pública para aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação e na contratação de serviços ou obras. Portanto, não foi possível incluir nos editais de licitação os critérios de sustentabilidade, conforme prescreve a legislação.</p> <p>- Durante o exercício de 2012 esta Superintendência adotou medidas que garantissem a redução de consumo de energia elétrica, água e outros serviços utilizados nesta SFA/Ba, as quais foram implementadas através de reuniões periódicas com chefias e servidores, onde se trabalhou a busca pela conscientização funcional, pelo uso racional dessas fontes, servindo como campanha de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais, o que contribuiu para a redução dos valores pagos nas contas dos serviços utilizados.</p> <p>Em complemento a esta medida, o serviço de administração desta Unidade Gestora proporcionou aos servidores a participação em seminários e eventos de capacitação funcional, focando nos direitos e deveres do servidor como cidadão comprometido com a sustentabilidade.</p> <p>- No dia 25 de abril de 2012 foi assinada a Portaria Nº 000081, constituindo a Comissão encarregada pela execução da coleta seletiva solidária de resíduos recicláveis no âmbito do Edf. Sede e prédio anexo da Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia. Assim sendo, a referida Comissão participou de reunião entre servidores de Órgãos e entidades localizadas na região da cidade alta/Salvador/Bahia, ocorrida no dia 08 de outubro de 2012, objetivando firmar o compromisso da Coleta Seletiva Integrada.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

9.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro 63 (A.9.2). Consumo de papel, energia elétrica e água.

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
-	-			-		
-	-			-		
-	-			-		
-	-			-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	-	485 cx.	-	-	48.427,25	-
Água	2.745 m ³	1.818 m ³	1.987 m ³	32.338,12	17.720,48	16.228,45
Energia Elétrica	313.321 kw	281.823 kw	267.353 kw	171.876,31	185.792,39	165.126,74
			Total	204.214,43	251.940,12	181.355,19

Fonte: DAD.

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

(Item 10 do Anexo II-A da DN TCU 119/2012)

10.1. Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não houve deliberações do TCU no exercício de 2012.

10.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não existiam deliberações do TCU pendentes de atendimento no final de 2012.

10.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro 64 (A.10.3). Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA			2788
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório nº: 201203394	1.2.1.1.	Recebido por Email
02	Relatório nº: 201203394	1.2.1.1.	Recebido por Email
03	Relatório nº: 201203394	1.2.1.2.	Recebido por Email
04	Relatório nº: 201203394	2.2.1.1.	Recebido por Email
05	Relatório nº: 201203394	2.2.1.1.	Recebido por Email
06	Relatório nº: 201203394	2.2.1.2.	Recebido por Email
07	Relatório nº: 201203394	2.2.1.3.	Recebido por Email
08	Relatório nº: 201203394	3.1.1.1.	Recebido por Email
09	Relatório nº: 201203394	4.1.1.1.	Recebido por Email
10	Relatório nº: 201203394	4.1.1.2.	Recebido por Email
11	Relatório nº: 201203394	4.2.1.1.	Recebido por Email
12	Relatório nº: 201203394	4.2.1.1.	Recebido por Email
13	Relatório nº: 201203394	4.2.1.2.	Recebido por Email
14	Relatório nº: 201203394	5.1.1.1	Recebido por Email
15	Relatório nº: 201203394	5.1.1.2.	Recebido por Email
16	Relatório nº: 201203394	5.2.1.1.	Recebido por Email
17	Relatório nº: 201203394	5.2.1.1.	Recebido por Email
18	Relatório nº: 201203394	5.2.1.1.	Recebido por Email
19	Relatório nº: 201203394	5.3.1.1.	Recebido por Email
20	Relatório nº: 201203394	5.3.1.2.	Recebido por Email
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA			2788
Descrição da Recomendação			
01) - Incluir nos editais de licitação critérios de sustentabilidade, conforme prescreve a legislação, padronizando sempre que possível.			
02) - Estabelecer procedimentos para utilização consciente no consumo de água, energia, papel e outro produtos da repartição.			
03) - Elaborar e implementar campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.			
04) - Efetuar divulgação dos mecanismos de controle e procedimentos existentes nas diversas áreas e códigos de ética.			
05) - Avaliar periodicamente os mecanismos de controle e procedimentos existentes nas diversas áreas da UJ.			
06) - Reavaliar os controles existentes da área administrativa e de licitações, elaborando e implementando os procedimentos necessários para garantir o acompanhamento da tempestividade de abertura de processos licitatórios,			

procedimentos para controle e acompanhamento de multas e controle de processos licitatórios arquivados.	
07) - Reavaliar os controles existentes da área recursos humanos, elaborando e implementando os procedimentos necessários para garantir o acompanhamento da tempestividade no registro de desligamentos de servidores e procedimentos para controle dos prazos previstos no artigo 7º da Instrução Normativa/TCU nº 55/2007.	
08) - Agilizar o trâmite dos processos relacionados a imóveis da UJ, garantindo a devida atualização dos registros do SpiuNet e elaborar o processo de inventário anual com as formalidades necessárias.	
09) - Recomendamos que a SFA adote providências necessárias à implementação de mecanismos de controle que permitam confrontar as modificações funcionais realizadas no SIAPE e os registros de atos de pessoal efetuados no SISAC.	
10) - Que a UJ implemente mecanismos de controle que permitam confrontar as modificações funcionais realizadas no SIAPE e os registros de atos de pessoal efetuados no SISAC de modo tempestivo.	
11) - Tomar as providências necessárias para redução de riscos, realizando os estudos e avaliações necessárias e adquirindo os equipamentos de proteção individual que sejam necessários, avaliando a necessidade de elaboração de novo Laudo Técnico.	
12) - Reavaliar as portarias de concessão dos adicionais de insalubridade dos servidores que só ficam expostos quando vão realizar atividades de campo, ajustando para que o percentual da gratificação reflita o grau correspondente ao efetivo tempo de exposição aos agentes nocivos, considerando a frequência com que cada servidor lotado na sede realiza atividades de campo.	
13) - Estabelecer controle sobre a entrega da declaração de bens e rendas por todos os servidores da UJ.	
14) - Implantar procedimentos e mecanismos de controle de prazos para a área de contratos.	
15) - Implantar procedimentos e mecanismos de controle de prazos para a área de contratos e providenciar o ressarcimento das multas pelos servidores responsáveis.	
16) - Implantar procedimentos e mecanismos de controle de prazos para a área de contratos.	
17) - Realizar planejamento anual para definição de aquisições de bens e serviços da instituição.	
18) - Elaborar procedimento para realização de licitações, dispensas e inexigibilidades, especialmente para avaliar a caracterização das situações de contratação direta.	
19) - Estabelecer procedimento para garantir o cadastramento de todos os contratos da UJ no SIASG.	
20) - Estabelecer procedimento para verificar a fidedignidade dos dados cadastrados dos contratos da UJ, compatibilizando-os com os dados registrados no sistema SIASG.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia - SFA/BA	2788
Síntese da Providência Adotada	
Em 2012, a Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia teve suas contas, do exercício 2011, auditada pela CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA, gerando o Relatório de nº: 201203394. Todas as recomendações acima relatadas foram levantadas durante os procedimentos de auditoria e discutidas com a equipe da CGU, em reuniões de busca conjunta de soluções. A Unidade reconheceu as falhas, decorrentes de dificuldades administrativas e de capacitação de pessoal, e vem tomando todas as providências para evitar situações equivalentes no futuro.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Os resultados obtidos a partir das observações e orientações da CGU foram considerados favoráveis e de grande importância na adequação e regularidade dos processos e práticas administrativas, atendendo ao propósito da busca conjunta de melhorias na Gestão Pública.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
O atendimento das recomendações dispostas no Relatório foi facilmente realizado por se tratar de procedimentos administrativos, atrelados ao entendimento jurídico da situação e às normativas vigentes, exceto no que diz respeito às situações que envolvem sistemas informatizados, cuja solução envolve autorizações e determinações superiores que extrapolam a alçada da SFA/BA. Pelo exposto, considerando a possibilidade da existência de situações no serviço público que possam dificultar o cumprimento do princípio da legalidade, reconhecemos que as observações e orientações emitidas pela CGU funcionam como um elemento de peso e importância nas reivindicações junto às autoridades superiores.	

10.1.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não havia recomendações do OCI pendente de atendimento no final do exercício.

10.2. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.2.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 65 (A.10.5). Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	26	-	26
	Entregaram a DBR	248	-	248
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: SGP

10.2.1.1. Análise Crítica

Na Superintendência Federal de Agricultura na Bahia os servidores entregam as suas declarações de Bens e Rendas (DBR) no Serviço de Gestão de Pessoas – SGP, todos os anos. Caso ocorra o não cumprimento da determinação o Serviço toma todas as providências necessárias no sentido de fazer cumprir a legislação, e assim, solucionar a pendência. Não existe nenhum sistema informatizado na Unidade para o gerenciamento desses documentos, sendo a recepção e o controle das declarações feita de forma interna pela administração do Serviço, e arquivadas na pasta funcionais do servidor.

10.3. Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.3.1. Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro 66 (A.10.6). Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG E SICONV.

DECLARAÇÃO
<p>Eu, <u>Antônio Carlos de Miranda</u>, CPF nº <u>118.390.665-04</u>, <u>Agente Administrativo</u>, exercido na <u>Superintendência Federal de Agricultura na Bahia</u> declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p>
Salvador-BA, 14 de março de 2013.
<u>Antônio Carlos de Miranda</u>
<u>CPF -118.390.665-04</u>
<u>Agente Administrativo - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia</u>

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

(Item 11 do Anexo II-A da DN TCU 119/2012)

11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Estamos em contato permanente junto a Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais CGLSG a qual nos apresentou copia do Termo de Referencia referente à manutenção e suporte técnico do software de gestão ASI, módulos de patrimônio mobiliário e almoxarifado onde o motivo maior da contratação foi exatamente a implantação do modulo de depreciação/amortização. Com isso a setorial de contabilidade acompanhará de forma pontual a implantação no exercício corrente. Diante do exposto, esclarecemos:

- a) A UJ não está aplicando os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 E NBCT 16.10;
- b) Apesar dos esforços das autoridades, conforme acima descrito, ate o momento não foi disponibilizado um sistema de patrimônio para o MAPA;
- c) Não estamos adotando nenhum método haja vista que os trabalhos não foram iniciados ainda no MAPA;
- d) Não estão sendo aplicados;
- e) Não estão sendo aplicados;
- f) Não estão sendo aplicados;
- g) Não estão sendo aplicados.

11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1. Declaração com Ressalva

Quadro 67 (A.11.2). Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
Superintendência Federal de Agricultura na Bahia, Pecuária e Abastecimento/BA		130029	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ol style="list-style-type: none">a) 006 FALTA DE ATUALIZ. MONET. DE ATIVOS CIRCULANTESb) 101 FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMBc) 170 CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADAd) 173 CONTAB. CONTRATOS EM ITENS E/OU FAV. INDEVIDOe) 951 FALTA/ RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS-GESTÃO <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 de dezembro de 2012
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

(Item 12 do Anexo II-A da DN TCU 119/2012)

12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Também foram desenvolvidas ações de atendimento às demandas vindas dos clientes externos via Ouvidoria do MAPA, do Ministério Público Federal e do Estadual e diretamente dos consumidores, com denúncias das mais diversas a respeito de irregularidades e ilegalidades no âmbito da atuação desta Superintendência.

Tratamos as denúncias como prioridade e todos os Serviços Técnicos apuram com rigor e respondem, o mais rápido possível, a todas elas. Como exemplo, podemos citar as denúncias de atividades informais, como o abate clandestino de animais, que está em voga nos noticiários de todo o Brasil, onde esta SFA atua em ação conjunta com a ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia e o MPE – Ministério Público Estadual, através do CEACON - Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Consumidor.

A carência de servidores nas áreas técnica e administrativa (Fiscais Federais Agropecuários, Agentes de Atividades Agropecuárias, Agentes de Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal e Agentes Administrativos) tem sido um enorme obstáculo ao atendimento dessas demandas do público externo. Portanto, tem sido um esforço hercúleo executar estas atividades simultaneamente às atividades programadas no Plano Operativo Anual – POA, pois já não tínhamos um número adequado de servidores e com a intensificação das aposentadorias (média de idade muito alta da SFA-BA) a situação, a cada dia, agrava-se e fica mais difícil de administrar.

13. INDICADORES DE DESEMPENHO DA GESTÃO ESTRATÉGICA DO MAPA

(Item 21 do Anexo II-B da DN TCU 119/2012)

Os resultados alcançados no desempenho da Gestão Estratégica do MAPA estarão consolidados no Relatório de Gestão da Sede, sendo aqui mostradas apenas ações desenvolvidas nos objetivos do Tema Produtos e Serviços, na Perspectiva dos Processos Internos, que se referem diretamente ao trabalho da Superintendência.

A Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia tem investido, de forma efetiva, na modernização de sua gestão, buscando fazer cumprir suas responsabilidades institucionais e a concretização dos Objetivos Estratégicos do Ministério, visando atender, da melhor forma possível, ao seu público externo, que exige políticas públicas e serviços mais eficientes e eficazes. Atuando desde a produção, processamento, transporte e comercialização dos alimentos; da defesa ao desenvolvimento agropecuário; nas políticas de capacitação e melhoramento da agricultura como um todo; garantindo a inocuidade dos alimentos até o fortalecimento da economia, numa ação integrada entre os mais diversos órgãos e instituições. Ela vem alinhando seu planejamento operacional aos nossos desafios, propondo soluções que contribuam para a execução do plano estratégico: conversando, trocando ideias e compreendendo melhor cada desafio e como eles se aplicam à nossa região; criando processos que nos permitam ser cada vez mais ágil e efetivo na implementação de políticas e prestação de serviços e; usando experiências, conhecimento e criatividade para sugerir inovações e soluções na nossa forma de atuar. Essas ações têm propiciado importantes resultados nos indicadores do agronegócio, tais como: geração de empregos, aumento da renda, estímulo na produção agropecuária, interiorização do desenvolvimento, incremento da arrecadação, exportação do excedente produzido gerando divisas para a balança comercial, preservação dos nossos recursos naturais, entre tantos outros benefícios.

Os resultados foram alcançados por meio das iniciativas estratégicas contidas no Planejamento Operacional do MAPA, contempladas no Plano Plurianual, PPA 2012-2015, e nos programas gerenciados pelo Ministério. Muitas Ações desses Programas são de responsabilidade desta Unidade e tiveram importância preponderante no desempenho da Superintendência. No Quadro 23 está representada uma síntese das principais Ações de responsabilidade da SFA/BA no exercício, sendo a análise das informações já realizada ao longo deste relatório. A incorporação de melhores instrumentos de programação, controle e acompanhamento dos objetivos estratégicos, à nossa rotina operacional, tem melhorado a eficiência e a transparência na execução orçamentária física e financeira, proporcionando redução dos custos e melhorias na qualidade dos serviços oferecidos aos usuários do Ministério. Investiu-se fortemente na melhoria da infraestrutura e nos processos de trabalho; com a aquisição de veículos, mobiliários, computadores e outros equipamentos necessários, que nos ajudarão alcançar a excelência administrativa. Iniciou-se estudos no sentido de aprofundarmos o conhecimento sobre o agronegócio, por meio de pesquisas, ensaios, indicadores e ampliação da oferta de estudos de prospecção e avaliação; melhorando a qualidade e o acesso às informações para o agronegócio, fundamental para o aumento da competitividade do setor. Com a adoção de políticas públicas adequadas estamos viabilizando e garantindo a segurança e qualidade dos alimentos, acesso a tecnologias e estimulando o setor a agregar valor à produção. Investindo-se no aperfeiçoamento das articulações entre o agronegócio e entidades públicas e privadas propiciamos: a conquista e manutenção de mercados para os produtos regionais; a elaboração e implementação de políticas mais adequadas ao setor; a promoção, a organização e a integração das cadeias produtivas; e a promoção do agronegócio no mercado interno e externo. Implementando-se políticas e prestando serviços com alto nível de excelência, de forma ágil e efetiva, estamos criando soluções inovadoras e efetivas, que contribuam para a sustentabilidade e competitividade do setor.

14. RESULTADOS E CONCLUSÕES

A Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia é a responsável pela aplicação, acompanhamento e fiscalização dos programas e ações do PPA 2012-2015, do Ministério da Agricultura, na Bahia. Nesse sentido, empenhou-se no aperfeiçoamento de seus processos, no intuito de se projetar em um patamar mais elevado na implementação de políticas e de prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio. O desenvolvimento das ações compreendeu todas as regiões do Estado. Nessas regiões, o agronegócio envolve diversas cadeias produtivas que demandaram uma série de requerimentos cujo apoio da Superintendência foi fundamental.

Mesmo enfrentando grandes dificuldades para a realização das suas atividades, tais como: a descentralização de recursos financeiros em volume insuficientes e a periodicidade das liberações, para algumas Ações, impactando diretamente o desempenho físico; o limite de 40 diárias estabelecido pelo Decreto 7.446/2011; a falta de concurso público para atender a grande carência por servidores técnicos e administrativos e; a burocracia, atualmente necessária, na tramitação dos processos de licitação, não impediram que a SFA/BA cumprisse os seus objetivos institucionais e contribuísse, de forma marcante e decisiva, para a proteção e segurança da sociedade. Como resultados desse trabalho, podemos destacar: o estímulo na produção agropecuária; a interiorização do desenvolvimento da Bahia; o incremento da arrecadação; a exportação do excedente produzido, gerando divisas para a balança comercial; a preservação dos nossos recursos naturais; a extinção da Zona Tampão e a criação da Zona de Proteção Livre da Febre Aftosa com vacinação, impulsionando o desenvolvimento da economia regional e oportunizando novos horizontes, com a valorização do rebanho para os pecuaristas deste Estado; a ratificação de acordos bilaterais celebrados entre o Brasil e outros países; a geração de emprego e renda na exportação de frutas para o mercado internacional; a prevenção e o controle de pragas quarentenárias; a fiscalização das ações de controle do Bicudo do Algodão, no âmbito do Programa Fitossanitário do Algodão, nas Regiões Oeste e Sudoeste da Bahia; a fiscalização das ações de controle da Ferrugem Asiática da Soja, no âmbito do Programa Fitossanitário da Soja, na Região Oeste da Bahia; a fiscalização do Programa Fitossanitário da Banana, nas Regiões do Baixo Sul e Oeste da Bahia, visando confirmar a ausência da praga Sigatoka-negra, uma vez que nosso Estado ostenta o status de área livre; avanços significativos na habilitação de empresas com SIE - Serviço de Inspeção Estadual, consolidando o sistema e permitindo que essas empresas participem do comércio nacional de produtos de origem animal; o cumprimento das exigências estabelecidas pelo DIPOA, em respeito aos acordos internacionais, visando à prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina, conhecida vulgarmente como Doença da Vaca Louca; o incremento na coleta de amostras para análises de resíduos no combate a fraudes econômicas, a exemplo da adição fraudulenta de água no frango congelado, pescado e leite, além do uso de substâncias proibidas no leite e derivados, a exemplo da água oxigenada e soro de leite; a classificação para garantir a qualidade vegetal de grãos como feijão, arroz, café, milho, soja, cacau, etc.; a fiscalização de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, tanto na produção industrial interna, como também na aferição da qualidade dos produtos importados, a exemplo do vinho, conhaque, uísque, cachaça, aguardente, sucos, polpas de fruta e água de coco; a fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes e de sementes e mudas, tão importante para garantir a conformidade desses insumos para o produtor rural, minimizando os riscos para a produção e produtividade agrícola; a fiscalização dos produtos para alimentação animal, visando assegurar a conformidade dos alimentos e matérias primas, minimizando os riscos para o criador atingir o desempenho esperado nos resultados da produção e produtividade; a grande importância da fiscalização exercida, nas atividades de exportação e importação dos produtos vegetais nos portos e aeroportos do Estado, fundamentada na legislação de defesa e inspeção animal e vegetal; o acompanhamento de dois novos convênios firmados com a Associação dos Produtores de Cacau e a

Associação Baiana dos Produtores de Café, em que o Ministério da Agricultura repassou os recursos necessários para o custeio da elaboração de novos requerimentos de IG, para o Cacau do Sul da Bahia e o Café do Oeste da Bahia; a participação nas discussões, com instituições do estado da Bahia, que redundaram na decisão de criação do Fórum Estadual de Indicação Geográfica; a participação, junto com outras instituições do Nordeste, na proposição de criação do Fórum Nordestino de IG e Marcas Coletivas; etc.

As perspectivas de crescimento da produção agropecuária brasileira são otimistas, no curto e longo prazo. A forte demanda interna e a conquista de novos mercados têm impulsionado de forma continuada o agronegócio. A tímida recuperação econômica de alguns dos parceiros tradicionais, o crescimento dos países emergentes, somados ao crescimento do poder de compra dos brasileiros e o consequente fortalecimento do mercado interno, permite vislumbrar uma forte demanda pelas ações finalísticas da SFA/BA. Por outro lado, o forte empenho no sentido da modernização, eficiência e funcionalidade praticado na Unidade, como aquisição de equipamentos para informatização, melhoria nas condições de trabalho, aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e controles, etc., podemos inferir que o ano de 2013 será de resultados positivos para as nossas ações; minimizando os riscos para os produtores agropecuários, aumentando nossa segurança alimentar, melhorando os resultados de produção e produtividade do meio rural de forma sustentável e gerando emprego e renda para a sociedade brasileira.

Finalmente, com este relatório a SFA/BA pretende prestar contas, à sociedade, dos resultados obtidos através dos recursos financeiros alocados no ano de 2012 e espera estar contribuindo para a geração de informações necessárias aos debates sobre a promoção da melhoria da qualidade da ação pública.

ELABORAÇÃO:

SePA - Seção de Planejamento e Acompanhamento

COLABORAÇÃO:

- ❖ *Neide Marina Ribeiro Silva - Técnica de Planejamento*
- ❖ *Elizabete Rodrigues Silva - Técnica de Planejamento*
- ❖ *Altair Santana de Oliveira - Chefe do SIPOV*